

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
CASA DE OSWALDO CRUZ

ANAKEILA STAUFFER
(ENTREVISTA)

Ficha Técnica

Projeto de pesquisa – “O tempo presente na Fiocruz: ciência e saúde no enfrentamento da pandemia de covid-19”

Entrevistada – Anakeila de Barros Stauffer (AS)

Entrevistadores – Simone Petraglia Kropf (SK) e Thiago da Costa Lopes (TL)

Data – 27/08/2021

Modalidade de gravação – entrevista remota realizada via Plataforma Zoom.

Duração – 2h 39min

Responsável pelo sumário – Luciana de Araujo Pinheiro

Responsável pela transcrição – Beatriz Feffermann Darin

Responsável pela conferência de fidelidade – Alessandra Lima da Silva

Responsável pelo copidesque – Luciana de Araujo Pinheiro¹

A citação de trechos da transcrição deve ser textual com indicação de fonte conforme abaixo:

STAUFFER, Anakeila de Barros. *Anakeila Stauffer. Entrevista de história oral concedida em agosto de 2021 ao projeto “O tempo presente na Fiocruz: ciência e saúde no enfrentamento da pandemia de covid-19”*. Rio de Janeiro, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2024. 35 p.

¹ A transcrição da entrevista foi revista e aprovada pelo depoente, que fez pequenos ajustes ao texto.

Sumário

Breve apresentação da formação acadêmica e trajetória profissional. As primeiras estratégias da Escola Politécnica Joaquim Venâncio/Fiocruz para manter o contato com os alunos no contexto pandêmico. Cursos oferecidos pela Escola Politécnica aos profissionais da saúde. Os desafios enfrentados no início da pandemia. Os desafios do ensino remoto para alunos e professores. Problemas sociais e de saúde mental que afetaram alunos na pandemia e o impacto no cotidiano escolar. O programa “Escola Saudável” como ferramenta de apoio aos alunos com necessidades. Adaptação do formato e do conteúdo das aulas da escola para o ensino remoto no contexto pandêmico. Compartilhamento do material didático produzido pela Escola Politécnica às escolas formadoras de trabalhadores em países latino-americanos e em países africanos, de língua portuguesa. A readequação do Programa de Vocação Científica (Provoc) durante a pandemia. As dificuldades para realizar aulas síncronas, mesmo após a disponibilização de *tablets* e *laptops* aos alunos. O papel de referência exercido pela Escola Politécnica junto a outras instituições de ensino durante as discussões sobre o retorno às atividades presenciais. A estratégia traçada para o retorno paulatino às atividades presenciais na Escola. Mudanças estabelecidas no formato da seleção de alunos. Dificuldades de readequação das escolas municipais do Rio aos protocolos sanitários. Desafios colocados pelas situações de violência no território de Manguinhos. A proximidade da Escola com agentes comunitários no território. Atividades realizadas via Programa Inova da Fiocruz. A relação do Politécnico com gestores municipais, sindicatos e movimentos sociais. O acolhimento da Escola Politécnica aos trabalhadores durante a construção do Centro Hospitalar Covid-19 da Fiocruz. A importância do trabalho coletivo para o bom funcionamento das atividades escolares no Politécnico. Os desafios do retorno às aulas presenciais.

Data – 27/08/2021

SK – Bom dia, hoje é 27 de agosto de 2021, estamos aqui com Anakeila de Barros Stauffer. Anakeila, eu queria te agradecer muito a sua disponibilidade para colaborar conosco nesse projeto sobre a atuação da Fiocruz na pandemia de Covid-19. Anakeila é pesquisadora e professora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e foi diretora dessa unidade da Fiocruz entre maio de 2017 e julho de 2021. Eu sou Simone Kropf, Thiago Lopes está aqui também nessa entrevista, que a gente está fazendo via plataforma Zoom. Eu estou na minha sala na Fiocruz; Anakeila está na sua residência, não é?

AS – Exatamente.

SK – E o Thiago também. A gente está nesse trabalho remoto, ao mesmo tempo voltando aos poucos aqui para o *campus*. Anakeila, antes de a gente passar para o tema da conversa, eu queria que você fizesse uma breve síntese da sua trajetória, da sua formação e do seu percurso profissional, especialmente na Fiocruz, por favor.

AS – Bom dia, eu que agradeço muito pelo convite, pela oportunidade de a gente dialogar. Eu sou professora de formação. Na minha época, a gente falava “Normal”. Fiz Escola Normal, fiz Pedagogia, e mestrado e doutorado em Educação. Eu entrei na Fiocruz na época da faculdade, com uma bolsa de iniciação científica na área de saúde da mulher. Fui formada literalmente pela Fiocruz, porque essa parte de saúde praticamente não aparece no currículo de Pedagogia e é na Fiocruz que fui formada, estudando questões relativas à saúde. Na Fiocruz, além da iniciação científica, depois eu fiz parte de um grupo que havia na Escola Politécnica, o PAETEC [Programa de Aperfeiçoamento do Ensino Técnico], que era uma forma de criar uma fixação de trabalhadores na Escola através da relação ensino-pesquisa. Eu fui bolsista por alguns anos, saí, e depois retornei novamente com bolsa, discutindo a questão dos agentes comunitários de saúde, do material didático para formação desses trabalhadores técnicos. Em 2006, eu fiz o concurso da Fiocruz e passei. Na Escola, eu já trabalhei em diversas áreas. Quando eu entrei, a Escola ainda não tinha esse formato, e eu trabalhava no Nutes – Núcleo Processo de Trabalho, Educação e Saúde. Depois eu passei pelo LABORAT [Laboratório de Atenção em Saúde], passei pela Cooperação Internacional, pela Vice-Diretoria de Ensino, pela Vice-Diretoria de Pesquisa, pela Educação de Jovens e Adultos, pela Direção e hoje estou na Pós-graduação. Eu já “pipoquei” por diversas áreas da Escola, aprendendo com as diversas áreas. Pelo concurso, sou pesquisadora.

SK – Certo. Anakeila, o que vem à sua cabeça quando você lembra daquele início de 2020, quando a gente se deu conta do que estava vindo, da pandemia? O que ficou para você daquele momento?

AS – Olha, muito trabalho, muito trabalho. Um volume de trabalho assim de 14, 15, 16 [horas de trabalho]. Era tanto trabalho que a gente teve que falar na direção: “Gente, para.

Vamos conversar sobre o que está acontecendo, porque às 23 hs a gente ainda está trabalhando e a acorda às 6h, 7h, da manhã com *WhatsApp* de trabalho”. Era um momento de muito trabalho. A gente teve a possibilidade de suspender as aulas e de fazer uma readequação, porque a gente não sabia o que vinha, a gente não sabia se era um mês, se eram dois meses, se eram três meses. Como é que a gente se reorganiza diante de um cenário que você... E eu brinco que nós, professores, o que a gente mais faz é planejar, planejar, planejar e às vezes não dá certo. Porque você planeja: “Amanhã vamos fazer isso, semana que vem vamos fazer isso”, mas você não tem como planejar com tanta certeza diante de uma pandemia desconhecida. E a vida do professor é planejar para poder entrar em sala de aula. Era muita incerteza do que a gente ia fazer e de muito aprendizado, porque a gente não está acostumado. Não é proposta da Escola Politécnica, por sua raiz, por seu entendimento do que é educação e do que é educação em saúde, fazer uma educação em que você não esteja perto dos seres humanos. Passamos a ser mediados por uma telinha. Era muito difícil pensar: “Como é que eu faço a educação em que eu acredito num formato em que eu não acredito? Um formato que não me possibilita olhar para o aluno e saber nos olhos do aluno o que está acontecendo?” Então, foi muito difícil. Ao mesmo tempo que foi muito difícil, tentando buscar essas formas, desde o princípio a gente pensou várias alternativas para estarmos juntos, sobretudo junto dos estudantes. Então, os professores começaram a fazer pequenos vídeos perguntando como é que estavam, falando um pouco da vida. A gente fez um movimento com poesias, com músicas, porque a gente acredita que a arte está no nosso currículo, nos forma como seres humanos e forma nossa sensibilidade. A gente perguntava: “Como é que você está na covid? Como é que está sendo esse momento de covid?”, para a gente poder ouvir os alunos e os professores também se colocarem para além do conteúdo, vamos dizer assim, que se espera de uma escola. A gente acredita que a socialização do conhecimento produzido pela humanidade se faz pelo afeto também. A relação dos alunos com os professores costuma ser muito boa lá na Escola. A gente buscou por esses meios, além do conteúdo, de “Café com Ciência”, de inventar programas, de mandar material, de postar materiais. A princípio, nem todo mundo tinha acesso para dar uma aula de uma, duas, três horas. A gente postava material, a gente postava pequenos vídeos, a gente solicitava pequenos vídeos para tentar manter esse relacionamento. Os alunos ficam na Escola oito horas, é mais convivência na Escola do que em casa, porque eles estão o dia inteiro com a gente. Foi um baque muito grande não estar com eles o dia inteiro. Ou seja, foi isso, muito trabalho, muito aprendizado.

SK – É muito interessante pensar nessas várias frentes de desafios, que envolvem tantas ações. Para a gente deixar registrado aqui, fala para a gente como o Poli está organizado, desde o ensino médio, técnico, até a pós-graduação, passando pela EJA [Educação de Jovens e Adultos]. Como é o perfil dos cursos e da formação que é oferecida pelo Poli?

AS – Então, vamos lá. Esses alunos que ficam oito horas lá na Escola são os alunos do ensino médio. Os cursos técnicos, a princípio, foram suspensos, até porque essas pessoas estavam na linha de frente da covid. Então, o que a gente fez também nesse momento? Os cursos foram suspensos, mas as atividades educativas não. Então, a gente começou a

criar roteiros e as pessoas começaram a gravar de suas casas – muitas vezes sem saber como é que se fazia a gravação – orientações sobre a covid. Na página da Escola, a gente fez um setor específico de orientações para a covid, que eram todas aquelas recomendações sobre como botar a máscara, como lavar as mãos, como você entra em casa e lava os produtos. Naquele momento, para os trabalhadores técnicos da saúde, tinha a questão da alimentação, como alimentar bem durante uma pandemia. A gente começou, para esses trabalhadores técnicos – são os trabalhadores que estão na linha de frente do SUS – a fazer orientações de diversas formas. Eram vídeos caseiros, que a gente mandava para o pessoal que fazia a edição, e também materiais impressos. Foi interessante, porque a gente começou a fazer um conjunto de materiais para os ACS [Agentes Comunitários em Saúde], para o cuidador de idoso, para a Vigilância em Saúde. Como é que você faz um ACS e um agente de vigilância em saúde, que está no território, mas tem que se proteger na sua casa? Era muito difícil para esses trabalhadores darem conta de serem o que são, porque são trabalhadores fundamentais no sistema de saúde. Então, a gente começou a fazer uma série de atividades, tanto textos escritos como vídeos. A gente tem também a educação básica, com ensino médio. Então, é o ensino integrado, da educação básica com o ensino técnico. Temos os cursos técnicos para técnicos da saúde. Aí são cursos com perfis totalmente diferenciados, podem ser cursos de desenvolvimento, de atualização, como um curso de especialização técnica para os trabalhadores do SUS...

SK – Qual é o perfil dos alunos nesses cursos para os trabalhadores da saúde?

AS – São profissionais que já atuam no sistema de saúde. A Escola é separada por laboratórios, são espaços específicos para discutir determinada área. Por exemplo, o laboratório de atenção básica está voltado para os técnicos que trabalham em atenção básica: um ACS, um cuidador de idoso, um cuidador de saúde mental, todos esses técnicos que atuam na atenção básica. Na vigilância, você vai ter cursos voltados para os que trabalham na vigilância em saúde, vigilância de alimentos, vigilância em saúde de forma mais ampla, vigilância de saúde do trabalhador. São trabalhadores técnicos da saúde que trabalham no Sistema Único. A gente tem curso técnico de radiologia, radioterapia, voltados mesmo para o SUS e para os trabalhadores do SUS. São estudantes adultos que já estão inseridos no trabalho. A gente tem Educação de Jovens e Adultos, que funciona à noite. Esse é educação básica. Nós já tivemos cursos técnicos que funcionam à noite também, mas a gente tem ali a EJA, que é para as pessoas que tiveram suas trajetórias na educação interrompidas, muitas vezes porque são pessoas de classes sociais menos abastadas, largam muito cedo a escola porque têm que trabalhar e retornam na fase adulta. Temos desde as séries iniciais, no processo de alfabetização, até o ensino médio. E temos o curso de pós-graduação, o mestrado de educação profissional em saúde, que também engloba pessoas inseridas já no SUS, muitas vezes também da área de Educação. Nesse movimento, a gente começou a fazer diversas atividades que a gente não fazia: o centro de estudos, reunião mensal... Aquela coisa do cafezinho – em que você vai na sala e conversa com a coordenação – foi embora. A gente criou esses mecanismos de fazer reuniões mensais com as turmas, para saber como é que estava. Vamos fazer uma roda de conversa com egressos... São formas de a gente conseguir dar

aula, voltar, se estruturar, ver as condições dos alunos. O apoio da Fiocruz, da presidência, foi fundamental, se não a gente não conseguiria voltar. “Voltar” no sentido de dar aula remotamente. A gente teve a possibilidade dos *tablets*, teve a possibilidade do pacote de dados e a gente sabe que, mesmo assim, temos alunos que têm dificuldade de acessar a internet, pela área em que moram. Teve uma ação massiva, mas com essas especificidades no meio do caminho que a gente não pode deixar de olhar. Uma outra coisa que é bom dizer, que poucas pessoas sabem, é que dentro da EJA – a gente apelidou carinhosamente - tem a “EJinha”, que é a possibilidade das mulheres – que geralmente são mães que interrompem sua trajetória escolar porque são trabalhadoras, donas de casa, mães de família – levar os seus filhos e filhas para aquele momento da Escola. O filho está dentro da Escola com uma mediadora e ela poder estar estudando. A gente via que muitas mães levavam e as crianças ficavam lá. Aí a gente fez esse programa “Ejinha”, para as crianças poderem ir. Nesse momento está tudo suspenso, mas em tempos de... não vamos falar de normalidade, porque o que a gente vivia também não era normal. Se fosse normal a gente não estaria fazendo a EJA, eles estariam em outros patamares de formação. Bem, antes da pandemia, a gente se configurava mais ou menos assim.

SK – Anakeila, se você fosse destacar, nesses vários níveis e formatos da educação, quais foram, naquele momento inicial, as maiores dificuldades? Porque são muitas. Você falou agora da situação da “EJinha”, eu fico imaginando o que é para uma mulher, uma mãe, não ter esse espaço para levar os seus filhos. Queria que você falasse um pouco de situações que te mobilizaram do ponto de vista das dificuldades, dessas várias áreas de educação da Escola.

AS – Olha, eu acho que a maior dificuldade para a gente envolver os alunos é essa situação das casas dos alunos e também dos professores. A gente é de uma outra classe social e isso de alguma forma, é óbvio, nos beneficia. A gente tem isso em todas as idades. Claro, na EJA é mais expressivo, mas a gente também tem pessoas com muitas dificuldades no ensino médio e na pós-graduação. Você tem que pensar como é que a gente poderia garantir políticas públicas para que essas pessoas possam manter a sua formação. E isso passa por uma gama de questões muito variadas, desde você ter um espaço na sua casa para sentar e estudar, um lugar com certo silêncio, para poder se dedicar somente a isso. Quando você está na escola, na sala de aula, o mundo fica um pouco do lado de fora. Quando você está em casa isso não acontece, tudo acontece ao mesmo tempo, tanto para o trabalhador como para os estudantes. É você dar aula e o filho acordar; é pensar que você tem que fazer o almoço; é ter que arrumar a casa; e com as mulheres isso fica muito maior. Para os alunos também, porque o aluno fala assim: “Hoje não deu para assistir, porque meu irmão estava passando mal, minha mãe teve que trabalhar e aí eu tive que olhar o meu irmão”. Em todos os âmbitos era muito difícil, a gente tinha que compreender essa situação do aluno. Não é fácil ficar na tela o tempo todo. Então, uma realidade de oito horas você tinha que traduzir, condensar para uma hora, uma hora e meia, e dividir isso nas diversas áreas de conhecimento, na educação básica, no ensino médio e no ensino técnico. O planejamento é uma coisa que você faz e, no dia seguinte, pode não dar certo. Aí você replaneja, é um sobre-trabalho imenso para o professor, porque você está sempre

fazendo uma coisa, e planejando, e se não deu certo, você tem que refazer. A gente não estava acostumado a ficar na telinha, a gente sabe dar aula na sala de aula, feliz e contente. Dar aula para uma tela, em que às vezes você não sabe nem como está o rosto daquele aluno, é muito difícil. A casa é espaço de convívio e por isso se torna espaço de dar aula, de trabalho, tudo ao mesmo tempo, é muito difícil. A outra coisa que é muito difícil: alunos que não tinham necessidades começam a ter necessidades, porque pai e mãe ficam desempregados. Aí a gente começa a perder aluno. Aluno que passa a trabalhar de Uber, de bicicleta. Você quer manter o aluno, e sabe que manter o aluno em casa é a melhor coisa, mas ele não pode se manter em casa porque não há políticas públicas que garantam sua formação dentro de casa. Alunos que começam a sofrer mentalmente... A gente tem o programa “Escola Saudável”, que busca fazer essa interlocução com a família. Foi um programa que não existia oficialmente dentro da Escola. As pessoas faziam esse papel muitas vezes porque o aluno reconhece em determinados professores essa segurança e esse afeto para dizer o que está sentindo. Mas não tinha de forma oficial na Escola um setor, um programa, algo que fosse instituído para isso. Então a gente fez o programa Escola Saudável, e esse programa busca ouvir as famílias e os alunos sobre as dificuldades, encaminhar, fazer contato com as psicólogas, com o tratamento que eles têm em casa. Ou seja, a partir da família, orientar para o estudo. Porque os alunos ficam muitas vezes... Você sai de uma lógica de ensino fundamental e entra no ensino médio, com tantas matérias o dia inteiro, e o aluno se perde. Nesse momento da pandemia, o programa Escola Saudável foi muito importante, porque era o canal para falar: “Estou sofrendo, não estou conseguindo”. O aluno não tem concentração, não consegue, porque não está acostumado com esse tipo de ensino, é muito difícil. Por conta da precarização das famílias, a gente teve todo um trabalho – isso gera muito trabalho para a gente – de converter a alimentação em bolsas. A gente teve que ver se podia fazer isso, se não estava contra as medidas de serviço público. Tinha uma legislação que nos amparava e a gente conseguiu converter o recurso que a gente tinha, para alimentação no bandeirão da Escola, em bolsas de alimentação, tanto a parte, vamos dizer, do arroz e feijão como também dos hortifrutis. Nós temos o PNAE, que é o Programa Nacional de Alimentação Escolar, um programa do governo segundo o qual você deve destinar pelo menos 30% das verbas para agricultura familiar. E lá na Escola, desde que a gente começou a ter esse programa, a gente destina 100% dessa verba para agricultura familiar, para garantir que esses produtos não venham cheios de agrotóxicos. Então, toda a nossa alimentação faz parte de uma intencionalidade de saúde, não só da saúde do indivíduo, mas da saúde coletiva, e da discussão do que são os agrotóxicos. Tudo está junto e misturado, faz parte do nosso projeto pedagógico. Até ajeitar e azeitar isso tudo, deu muito trabalho. A gente sabe que, por mais tenha feito tudo isso, ainda há carências do ponto de vista de falta de políticas públicas que garantam que o estudante possa ser estudante, seja da educação básica, da EJA, seja o ensino médio, seja o trabalhador e seja o estudante de mestrado. Eu acho que lidar com a precarização e com o desmonte de políticas públicas é o mais difícil, porque você se vê muito limitado na sua atuação humanitária, de ser humano; você vê a pessoa ao lado sofrendo e está limitado por uma série de questões que perpassam o seu querer. Eu acho que isso é o mais difícil desse processo todo.

SK – Vocês, no início, passaram, como todos nós, pelo nosso plano de contingência, para as atividades remotas. A gente fica mexido quando fala disso. Eu, aliás, vou te falar: eu tenho que me segurar um pouco aqui, porque eu sou mãe de uma estudante de ensino médio - é obviamente incomparável a situação de privilégios que nós temos -, e, ao te ouvir, a gente fica imaginando o que vocês enfrentaram.

AS – Desculpa. [*Anakeila se emociona*]

SK – Imagina, faz parte, não dá para fazer essas coisas sem estar integralmente, não só intelectualmente, mas também do ponto de vista dos afetos e do envolvimento emocional. Eu queria te perguntar também sobre a viabilização tecnológica desses processos. Como é que foram as aulas, vocês usaram alguma plataforma específica? Como é que foi adaptar os conteúdos junto aos professores logo no início? Isso foi mudando ao longo do tempo?

AS – Do ponto de vista de aprendizado para a Escola, isso é bastante interessante. Foi aprendizado de tudo. A Escola nunca se propôs a fazer uma Educação a Distância, porque a gente não acredita nisso do ponto de vista da saúde, que tem um viés de cuidado muito grande, de contato com o outro. A gente não acredita nisso, não acredita mesmo, mas foi fazendo adaptações de conteúdo, foi discutindo currículo, o que é esse currículo para esse estudante do Ensino Médio, o que é primordial. A gente tem um princípio muito importante que é o da politecnia, de fornecer ao trabalhador as bases científicas e tecnológicas do seu trabalho. O que essa pandemia nos exigia saber, de base científica? E a partir daí, a configuração do currículo tem que estar dialogando com essa materialidade concreta. Então, o que se diz dessa pandemia, o que diz desse mundo pandêmico? As aulas começam a ser organizadas muito a partir disso também, em todas as áreas. Você vai discutir a situação mundial, vai discutir o imperialismo, a relação entre os países, a base tecnológica da vacina, você começa a organizar o currículo muito em diálogo com essa realidade, porque a gente entende que a realidade nos dá elementos. É a relação teoria e prática, a prática do dia a dia está me dando elementos para buscar os fundamentos científicos e devolver uma resposta para essa prática, a partir dos conhecimentos científicos. Isso é muito importante também em momentos de *fake news*, porque você alimenta o estudante com essa discussão: “Está dizendo isso sobre a vacina. É verdade ou mentira? Quais são os fundamentos científicos disso? Como é que a gente trabalha isso?” E aí foi essa busca para que as diversas disciplinas dialogassem entre si. A gente já tem essa prática também, não é incomum na Escola entrar um professor de português com um professor de física, o professor de artes com a matemática. Isso não é incomum dentro da Escola no dia a dia e, nesse momento, vimos essa necessidade de buscar esse diálogo, para esses alunos do ensino médio, para a EJA também, até que a gente pudesse lá em agosto, setembro, conseguir os *tablets* e fazer isso de forma mais cotidiana. Antes disso, de março a agosto, que era esse momento em que a gente não tinha a garantia de que todos poderiam acessar virtualmente, a gente postava o material, toda segunda-feira, na página da Escola, em determinada aba. Ali estava todo o processo. Como eu falei, o curso dos trabalhadores técnicos era aquela produção também. Vou dizer uma coisa que eu não disse antes: alguns materiais nossos, que a gente fez para os nossos

trabalhadores, foram traduzidos para escolas técnicas, porque nós somos da Secretaria Técnica das duas redes, a rede de PALOPS [Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa], que é a rede de países africanos de língua portuguesa; e a antiga UNASUL [União de Nações Sul-Americanas], que acabou, mas a gente continua numa rede com escolas técnicas da América Latina. Em 2020, a gente institui a RIETS [Rede Ibero-Americana de Educação de Técnicos em Saúde]. Estamos em contato com países da América Latina e da África, com escolas que equivalem a nossas escolas técnicas do SUS, voltadas para trabalhadores da América Latina e países africanos de língua portuguesa. Eles viam alguns materiais nossos e perguntavam: “A gente pode acessar?” Se não me engano, foi o Chile que pegou um desses materiais e traduziu. O que a gente está fazendo para a gente também está servindo nesse diálogo com os trabalhadores técnicos da América Latina. Eu falei isso para dar um exemplo dessas adaptações. No mestrado, a gente começou a fazer uma série de outras atividades. Primeiro, foi estabelecer logo a relação com o coordenador, porque a turma de 2020 teve uma semana de aula e parou. Aí a gente tentou fazer logo a relação com o coordenador, para conversar sobre o projeto, para não desfazer o laço que estava começando. Então, começamos a fazer essas conversas mensais, criamos o centro de estudos em que, mensalmente, a gente poderia discutir um tema que era transversal ao mestrado inteiro, para que essas pessoas pudessem entender o que é o mestrado, o que a gente estuda do ponto de vista da Educação Profissional em Saúde. Começamos a fazer essas pequenas atividades para que as pessoas pudessem participar.

SK – Como vocês faziam essa comunicação com os estudantes, com os professores? Principalmente com o pessoal mais jovem quase não usa *e-mail* mais. Vocês faziam por *WhatsApp*?

AS – *WhatsApp* e site da Escola. Só deixa eu voltar lá: a gente tem a RETS [Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde] e suas subredes: RETS CPLP, composta pelos PALOPS, e a RETS-Unasul (que deixa de funcionar em 2018, a partir da saída de vários países da Unasul, dentre eles, o Brasil). Em 2020, como já disse, instituiu-se, então, a RIETS.

SK – Depois quero voltar a esse ponto, da cooperação com a América Latina e outros países, podemos explorar mais à frente. Você estava falando da questão da comunicação com os alunos, que era via página da Escola e grupos de *WhatsApp*.

AS – A gente já tinha esse mecanismo de conversar com os alunos via *WhatsApp*, muito por conta da violência no território – não violência *do* território, mas *sofrida* por aquele território. Então, a gente já tinha esse esquema do *WhatsApp*, para caso ocorresse um tiroteio no horário da entrada da Fiocruz. Na hora da saída, a gente já tinha todo o esquema e apoio da Fiocruz, mas na hora da entrada, eles vêm cada um de um canto, então a gente já tinha esse esquema de *WhatsApp* das turmas, em que a gente informava várias coisas. Esse mecanismo do *WhatsApp* ficou. “A cesta de alimentação vai ser distribuída”, “Postamos novo material na página da Escola”, “A Escola vai discutir a reformulação do

espaço físico”. A gente se preparou para receber os alunos, para voltar. Hoje a Escola tem um espaço aberto, externo, em que cabem 300 pessoas ao mesmo tempo, com distância de um metro. A gente pode hoje fazer atividade pedagógica fora da sala de aula. Os alunos têm assento no Conselho Deliberativo (CD) da Escola, e tudo isso é via *WhatsApp* e página da Escola.

SK – Nesse início, até vocês distribuírem os *tablets*, ou seja, até garantirem um recurso para que o aluno pudesse ter aula por plataformas *online*, o processo educativo foi feito via postagem de materiais no *site* da Escola?

AS – Isso. E pequenos vídeos que a gente mandava também. Por exemplo, para a EJA, que tem um pacote de dados normalmente muito mais precarizado, eram pequenos vídeos. E tudo que os alunos mandavam a gente postava também, para socializar essa produção proveniente dos estudantes. O poema, a música, os próprios alunos faziam vídeos falando para se cuidar: “Olha, você tem que chegar em casa e lavar a mão, tem que fazer isso, fazer aquilo”. Quer dizer, eram vídeos educativos sobre a pandemia. Era basicamente a forma que a gente conseguia fazer naquele momento.

SK – Como é que foi esse processo de distribuição de *tablets*, de pacotes de dados? Vocês passaram a ter as aulas síncronas? Como é que foi o regime de aulas a partir do momento em que se garantiu esse acesso à tecnologia?

AS – Deixa eu só corrigir uma coisa que eu esqueci de falar?

SK – Claro.

AS – A gente tem também um trabalho de iniciação científica com outras escolas públicas.

SK – Que é o Provoc [Programa de Vocação Científica], né?

AS – O Provoc.

SK – Está aqui anotado na lista de perguntas, porque é um programa maravilhoso que vocês desenvolvem, é muito importante. Eu mesma tinha uma aluna fazendo Provoc na época.

AS – A gente teve que se reinventar também no Provoc, porque são alunos nossos, mas que tem um mecanismo de outras escolas. Pensamos em como a gente poderia manter essa discussão sobre a iniciação científica, a formação na educação básica, com esses estudantes. Foi redefinir materiais, fazer discussões com ex-alunos do Provoc que podiam compartilhar experiências, trazer pesquisadores que já trabalham há muito tempo para compartilhar essa experiência. Essa também é outra perna da Escola muito importante em momentos em que se nega a pesquisa para a classe trabalhadora. Então, é a gente dizer:

“Não, a gente pode fazer a pesquisa desde muito jovem e que bom que o jovem possa entrar no mundo da pesquisa e entender a importância da pesquisa para o que a gente está vivendo nos dias de hoje”. Era outra perna que eu não tinha falado sobre os trabalhos da Escola. Mas você estava perguntando sobre...

SK – A partir do momento em que vocês distribuíram essas condições para o acesso à tecnologia, vocês se reorganizaram do ponto de vista das aulas? Havia aulas síncronas? Como é que funcionava o cotidiano, pensando, por exemplo, no ensino médio?

AS – Aulas síncronas. E é bom dizer, eu quero pontuar isso, porque é fundamental para a gente pensar políticas públicas: a presidência garantiu para *todos* os alunos da educação básica o acesso ao *tablet* e ao pacote de dados. Isso não é menor, isso tem que ser dito, porque sem a condição mínima você não faz.

SK – Num universo de quantos alunos, Anakeila? Mais ou menos.

AS – Ensino médio e EJA acho que foram entre 360 e 400 alunos. De pós-graduação, tinha que mostrar que havia de fato a necessidade e então era garantido. Para a educação básica, para a EJA e para todo mundo do Ensino Médio Integrado foi distribuído para todo mundo. Mas eu queria só voltar um pouquinho, porque antes, quando a gente ainda não tinha isso - mas tinha algumas atividades, uma *live* etc. -, a gente buscou fazer um movimento também para os trabalhadores. A gente tinha trabalhador que também não tinha condição. Eu mesma tive que comprar, o meu pifou. A gente fez um movimento dentro da Escola para acionar todos os laboratórios que tinham *laptop*, o pessoal da informática fez uma reformatada em tudo, mesmo naqueles mais antigos. E a gente começou a emprestar para aquelas pessoas que tinham muita necessidade, que não tinham como acessar o computador da Escola, o *laptop* da Escola. Esgotaram-se os *laptops* e a gente passou para os computadores. A gente fez todo um trabalho para garantir, tanto para o professor trabalhar na sua casa, quanto para aqueles estudantes que, de fato, não tinham celular, não tinham nada para acessar uma atividade. Essa foi a forma pela qual a gente foi garantindo o acesso. Por isso que eu falo que foi um trabalho extenuante, porque a gente tinha que pensar em cada detalhe: “Ah, está bom, todo mundo tem, mas naquela sala tem sete que não tem”. E depois que distribuiu, as pessoas falavam assim: “Eu não tenho como acessar da minha casa, eu saio, vou para casa do vizinho”. Vai sair, vai para a casa do vizinho, pronto, ferrou, você já está contaminado. Tinha aluno que ia para a praça para poder acessar. Então a gente começou a fazer um trabalho também de pensar um espaço dentro da Escola, com todo o distanciamento, com cinco computadores para aqueles que não conseguiam de jeito nenhum acessar, mesmo com o pacote de dados da sua casa. Esses detalhes são aqueles em que a gente vai quebrando cabeça. A gente tinha aula síncrona e os professores faziam atividades coletivas, ou seja, que envolvessem mais de uma determinada área de conhecimento. E aí combinava-se os dias de dar aula e também tinha tarefas. E a busca de equilíbrio constante, porque, se eu não me engano, a média de disciplinas era de 20 a 23 disciplinas, não cabe numa lógica remota. A gente buscava fornecer a educação básica primeiro, porque o currículo da educação profissional

a gente poderia recuperar no ano seguinte. Era o exercício que a gente fazia. “O que é primordial dar agora? Bom, o aluno que está se formando na educação básica tem que fazer a monografia, também tem que fazer o estágio. E como é que a gente faz o estágio no ensino remoto?” Era tudo um grande quebra-cabeça e uma grande, vamos dizer assim, testagem mesmo. “O que vai dar certo, o que a gente considera primordial?” Com o tempo isso foi se expandindo, a gente foi aprendendo a viver nesse contexto, e vimos que não dava para suspender [o ensino presencial] por muito tempo, porque isso prejudica a vida dos alunos. Então, hoje em dia, a gente tem uma quantidade maior de aula remota do que tinha no princípio, porque naquele momento a gente teve que se acostumar com o ensino remoto, ficar tanto tempo sentado em frente a um computador ou ao celular ou *tablet*. A grade, vamos dizer assim, do dia a dia das aulas, é muito mais parruda em termos de tempo sentada diante da tela, mas ainda tem que ser muito mediada e muito medido. Para a EJA foram feitos materiais escritos logo no início, porque os estudantes têm mais dificuldade de ficarem no ensino remoto à noite. A EJA na Escola trabalha por temas, são quatro eixos integradores, a produção do material foi feita a partir desses eixos integradores, cada semestre é um eixo integrador. Como a gente já tem essa prática, facilitou a elaboração de materiais, porque a gente já faz isso no cotidiano. Na EJA, os vídeos são menores ainda, mas, por outro lado, a gente fornece outras coisas. Por exemplo, a gente trabalha com a JURA [Jornada Universitária em defesa da Reforma Agrária], do MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra], um trabalho feito desde 2014, junto com as universidades e instituições públicas. A gente busca trazer na JURA temas que dialogam com o currículo, a gente trabalha muito agroecologia na Escola. No horário noturno, da EJA, os professores podem utilizar esses materiais para discussão em sala de aula. Buscamos fazer atividades em que você possa integrar o ensino médio e a pós-graduação, e que sejam comuns a todos, utilizando esses materiais como recurso didático-pedagógico.

SK – Anakeila, como é que foi naquele início, sobretudo em vários momentos em que esse tema foi bastante polêmico, pensar se era o momento de retornar ou não? Vamos deixar um pouquinho para a frente o tema da preparação para o retorno, eu sei que vocês estão fazendo um trabalho belíssimo, incrível. Ao longo de 2020, sobretudo a partir de meados do ano, quando se começou a pensar efetivamente possibilidade da volta, havia muita dúvida, muita incerteza, muita divergência em torno disso. Como é que foi, por exemplo, a relação com a Secretaria de Educação, com as famílias? Porque era um cenário muito complexo, a relação por um lado com as expectativas das famílias e também com as normativas da Secretaria de Educação.

AS – A Escola Politécnica é uma escola muito singular, a gente não tem uma fiscalização da Secretaria de Educação. A gente se pauta pelas normativas, mas a gente não tem uma fiscalização. De fato, o que aconteceu é que a gente começou a ser referência para os sindicatos. Foi o contrário. Para os sindicatos, as escolas, e não só as escolas dos arredores ali de Manguinhos, mas escolas da Baixada. A gente fez *lives* e *lives* discutindo o que era esse retorno, porque chega o momento também em que a gente não pode dizer simplesmente: “Não vamos poder ter mais aulas”, porque são os filhos das classes

trabalhadoras que estão pagando esse pato de não ter aula. Então a discussão não é ter ou não ter aula; a discussão é como você viabiliza o acesso ao conhecimento nesse formato e como você prepara as escolas para serem mais seguras. A gente entrou muito de cabeça nessa discussão, porque a gente era muito demandado também. Falar das condições da Escola Politécnica é falar de um mundo diferente das escolas do município – falo isso porque eu sou professora do município. Agora que deixei de ser diretora, já voltei para a sala de aula, ainda em esquema especial. [Nas escolas municipais dizem]: “Segunda-feira a gente não tem mais esquema especial não, vai todo mundo, junto e misturado, para a sala de aula”. O problema é o espaço que você tem para dar aula. A gente não tem isso, a gente não tem essa “arma apontada para a cabeça” como estão fazendo nas escolas municipais, por exemplo. Aqui tudo foi definido muito coletivamente. Mas isso tem que ser muito mediado também. Então o que a gente fez primeiro foi preparar a Escola. O que a gente tentava falar para fora, a gente tentava fazer para dentro. A gente transformou um espaço que, muito antigamente, ia ser um prédio. Esse espaço a gente transformou numa grande praça, que a gente nomeou Praça Luís Fernando [Ferreira], em homenagem a um dos nossos idealizadores. Ali a gente consegue colocar 300 pessoas com espaçamento de um metro para poder fazer alguma atividade pedagógica. A gente tem feito estudo com apoio da COGIC [Coordenação-geral de Infraestrutura dos Campi], sobre as condições de ventilação dentro da escola, não só nas salas de aula, mas nos espaços de trabalho, para que se a gente possa retornar de um modo mais seguro. Tem todo um trabalho com a nossa equipe de apoio lá para tirar as molas das portas, para que as portas fiquem abertas. Então, tudo que se preconizava como sendo mais seguro para se manter no espaço público, a gente teve como dizer: “Isso só é possível, porque a gente fez o trabalho coletivo”. Não é um trabalho da direção: quatro, cinco pessoas não dão conta disso. É um trabalho coletivo de diversos trabalhadores da Escola. A equipe da infraestrutura não parou de trabalhar, a equipe da secretaria sempre esteve presencialmente, não todos os dias, mas porque tinha que estar na Escola para resolver uma série de questões. Então, é bom dizer isso: a Escola não suspendeu e ficou em casa. A gente tinha que gerir esse processo muitas vezes para organizar a Escola. Desde o princípio, demos cesta básica. A gente tinha que ir lá, montar a cesta, arrumar a cesta, botar as indicações da fila, fazer o circuito para um não encontrar com o outro. Desde o princípio, a gente organizou a Escola para isso. Uma outra coisa que a gente fez e foi muito interessante – eu falo que eu nunca fiz tanta reunião com pais e responsáveis e mães como foi feito agora. A gente tinha praticamente todo mês reunião com os pais. E reunião inclusive para a gente falar assim: “Gente, a gente está sabendo que estão querendo fazer festa de 3º ano de formatura. Não pode! A gente ouviu falar, é verdade? Não pode ter festa. Se não pode ter aula, não pode ter festa! Guarda a festa para depois”. E a gente teve, de uma forma geral, muito apoio dos responsáveis. Fica estranho falar pai, mãe. São os responsáveis. Sempre teve muito apoio dos responsáveis nesse processo. Isso não quer dizer que foi tudo uma maravilha. Não, tinha muito questionamento, sobretudo em relação aos alunos que estavam se formando. Para a gente foi mais difícil, porque era a época de estágio deles. Reinventar o estágio é muito difícil, porque muitas vezes o campo de estágio não aceitava, também estavam trabalhando numa situação ímpar. Acho que isso foi o mais difícil: como discutir para dentro e para fora [da Fiocruz]. E às vezes para dentro é mais difícil do que para fora,

como no caso dessa garantia do currículo para os alunos que estão se formando. Foi interessante também, é bom dizer isso, porque tinha um medo por parte dos estudantes, que iam para o CD e falavam: “Eu não me sinto preparado para ir para o mercado de trabalho, porque eu não fiz essa prática”. A gente vem discutindo com Bio-Manguinhos essa possibilidade de inserção de estudantes nossos em Bio, como futuros trabalhadores, e Bio-Manguinhos foi muito aberto. Acho que, nessa pandemia, outra coisa que foi muito necessária para a gente foi essa forma de trabalhar com o sistema Fiocruz. Tinha diálogo com Bio-Manguinhos sobre essa possibilidade, de talvez esses alunos egressos se tornarem trabalhadores ali, fazerem um processo formativo. Teve o diálogo com a COGIC, que ajudou a gente nesse estudo do ar. Teve essa possibilidade, junto com a presidência, para fornecer os *tablets* e também para a construção desse espaço físico. A gente recebeu na Escola, desde o princípio, o pessoal que estava construindo o Centro Hospitalar Covid-19, do INI [Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas/Fiocruz]. Desde o princípio, a Escola estava aberta como alojamento para poder agilizar a construção do hospital, que era tão necessário. Eles ficaram alojados na Escola. Essa é a forma de trabalhar: junto. E não é fácil internamente a gente discutir o retorno. Não é fácil resolver a incerteza. A gente pode de fato voltar? Aí a discussão era: “A gente volta, os professores estão sendo vacinados, mas os alunos não”. Agora os alunos estão sendo vacinados, então agora a gente tem mais segurança, entendeu? Cada semana é uma discussão sobre as possibilidades e a forma de estarmos juntos com segurança. Então a gente já começou a fazer atividades de acolhimento, porque isso é importante para o aluno, mas é importante para o trabalhador também. A gente começou o ano de 2021 agora, com as novas turmas. Quando a direção foi fazer a distribuição das cestas de alimentação, a gente convidou as novas turmas também para irem e fizemos uma série de atividades: teve atividade de dança, eu ofereci atividade de mosaico, a gente podia fazer um mosaico na Escola, teve atividade de música. A gente está pensando em ampliar isso para os trabalhadores também, para que a gente vá retornando aos poucos a esse convívio social, porque teve muita gente que ficou com dificuldade no convívio social. A gente tem que olhar também para a saúde desse trabalhador, está tudo junto, estudante e trabalhador. A gente começou com esses mecanismos com os estudantes, pensando agora em ampliar também, porque é isso, quando a gente, o trabalhador, vai à Escola fazer uma atividade, a gente também vai se acostumando com os novos padrões dos distanciamentos, dos cuidados. Porque uma coisa é você estar na sua casa, outra coisa é você fazer isso no coletivo. A gente tem que aprender isso também. A gente não tem uma faca na cabeça, por enquanto. A gente segue todas as normativas, mas também questiona as normativas negacionistas...

SK – Eu acompanhei isso, a Escola se tornar um modelo e uma referência inclusive para a reivindicação dos professores e de outras escolas. Queria que você falasse um pouquinho mais sobre essa relação com o sindicato dos professores, com a categoria dos professores, com essas outras escolas do território e de outras regiões próximas. Como foi isso do ponto de vista até mesmo da reivindicação de políticas públicas e de posicionamento nesse processo?

AS – A gente faz a nossa parte, mas a gente sabe que não depende da gente. O que a gente fazia era essa discussão sobre o fator de transmissibilidade, para traduzir isso para as escolas, traduzir aqueles termos técnicos. A discussão sobre se o distanciamento deveria ser de um metro e meio ou de dois metros, se era a máscara x ou a máscara y, essas coisas todas, a gente foi discutindo. Teve um movimento muito interessante, feito pela própria VPPIS [Vice-Presidência de Produção e Inovação em Saúde/Fiocruz], que chamou várias escolas do entorno. Tinha um movimento mais frequente, digamos assim, com as escolas do território de Manguinhos. Tinha as coisas mais avulsas. Por exemplo, quando a gente foi chamado, mais de uma vez, para discutir com o pessoal da Baixada e a própria FEBF [Faculdade de Educação da Baixada Fluminense] se juntou, uma série de pessoas num Fórum. Pessoas de Niterói, de Campos, de vários municípios da Baixada. A gente discutindo isso: “Gente, o que se está falando? O que é preconizado? O que a gente pode fazer?”. Pediram a ajuda da gente: “Vocês dão uma assessoria para a gente?” Falamos: “A gente dá. Então, vamos pôr o nome da Escola Politécnica na discussão do município, da Fiocruz, para discutir esse retorno e os protocolos de segurança”. Aí as Secretarias barravam, porque não queriam a Fiocruz discutindo isso. Eles fazem seus comitês aí *à la vontade* e dizem que tem norma sendo seguida...

SK – Deixa eu entender: as outras escolas demandavam de vocês uma orientação técnica, digamos assim, em relação a esses protocolos, e isso incomodava a Secretaria Municipal e a relação com a Secretaria Estadual?

AS – Acabou sendo mais os sindicatos. Os sindicatos propunham para a Secretaria. Porque o ensino fundamental, que é onde tem o maior volume de estudantes, e que talvez sejam mais organizados em termos de categoria, está no município. Ali tinha professores dos municípios e dos sindicatos, que eram aqueles que representavam os professores e que tentavam levar isso: “Já que você está fazendo discurso da volta, os sindicatos têm o direito de participar”. Logo os sindicatos estavam apontando a Escola Politécnica da Fiocruz como essa possibilidade de assessoria técnica. E alguns sindicatos falaram que era muito difícil fazer essa articulação, ter essa aceitação por parte das prefeituras. A gente fez atividades também com outros institutos federais: o Colégio Pedro II, o Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), chamavam a gente para discutir junto sobre esses protocolos de segurança. Os institutos federais acabam tendo, vamos dizer assim, uma maior autonomia, como nós, em relação a isso. Você fez a pergunta sobre a Secretaria de Educação. A Escola Politécnica é a única escola que não está ligada ao Ministério da Educação. A gente está ligado ao Ministério da Saúde.

SK – Ah, claro. Por isso que tem essa situação específica de não ingerência direta. Interessante isso.

AS – A gente não pode fazer o que der na nossa cabeça, é óbvio. A gente não pode: “Ah, vou inventar isso”; a gente segue as normativas do Ministério da Saúde e da Educação, mas somos menos regulamentados e menos impactados pelo negacionismo. Como instituto da Fiocruz, cumprimos um papel diferenciado nisso, a gente não pode negar, a

gente não pode falar uma coisa para fora e fazer uma coisa diferente para dentro. Ia ser, no mínimo, esquizofrênico, não podemos fazer isso. O que a gente falava para fora a gente tentou organizar para dentro, mas é uma discussão muito difícil. Agora, a gente já fez um esquema para voltar o quarto ano amanhã, e a gente ir fazendo um comitê que gerencia isso dentro da Escola, ou seja, cada sexta-feira a gente vai olhar os dados para decidir se volta na segunda-feira. A gente tem todo um esquema, de 21 em 21 dias vão entrando as turmas. Vai começar a EJA nessa segunda-feira, vai começar o quarto ano da educação básica, a pós-graduação continua remota, funcionando bem de um modo geral. Agora, sabe o que eu queria destacar aqui nesse processo todo de aprendizado? A gente teve que fazer processos seletivos diferenciados para entrada na Escola. Isso foi muito interessante, porque essa discussão da democracia da entrada é uma coisa que a gente discute há muito tempo dentro da Escola e estuda exemplos de outras escolas públicas – essas escolas públicas que têm concurso de entrada, o Pedro II, o CAP UFRJ, o CAP UERJ. A gente sempre vem estudando muitas formas de democratização do acesso à Escola. Até antes da pandemia, a nossa forma de entrada era uma prova de nivelamento. Se atinge cinco, vai para o sorteio. Esse ano a gente fez tudo por sorteio. A EJA já tinha uma forma diferente, uma entrevista antes para conhecer, saber se a pessoa quer mesmo, explicar que a nossa EJA é presencial, que a nossa EJA não é à distância. Então a gente explicava o projeto pedagógico para o candidato. Tinha uma entrevista e tinha um sorteio. Esse ano a gente fez sorteio para tudo, para a EJA, para o ensino médio e, no mestrado, a gente não fez prova também, a gente fez entrevista e a análise do projeto, do currículo. Isso vai trazer para a gente um outro desafio, porque o nosso público, nossos educandos, o perfil variou muito, a gente está com uma variedade imensa. Pessoa com 47 anos voltando para a educação básica, fazendo ensino técnico. A gente explica: “Olha só, vai ter que fazer tudo de novo...” E ele: “Não tem problema, já fiz há muito tempo atrás e agora eu quero ser um técnico da saúde”. A pessoa quer ir para essa área com 47 anos porque entendeu o quanto a saúde é importante.

SK – Imagino que a diversidade se dê por outros motivos também, mas o que você está indicando é uma maior demanda inclusive por conta da própria pandemia, de um maior interesse por essa formação na saúde. É isso?

AS – Alguns, sim. Tem também pessoas que se interessam pela saúde por terem tido outros problemas: “tive câncer e o Sistema Único que me salvou”. Pessoas que estão vindo por verem a importância da saúde. Teve esse e outros depoimentos. Surgiu também a oportunidade de voltar a estudar: “quero voltar a estudar porque a vida é para hoje, não é para amanhã.” A realidade de ter sido sorteio torna mais democrático, no sentido de que você não tem que ter um “berço de ouro” ou as condições ideais anteriores. Todo mundo pode estudar na Escola. A gente ouve muito assim: “Ah, essa era a escola dos meus sonhos”. A gente deveria ter uma escola dos nossos sonhos em cada esquina desse país, não só uma Escola Politécnica. E aí, quando você faz um sorteio, bota a esperança do sonho. O que a pessoa tem que fazer? A pessoa tem que se inscrever, é tudo que ela precisa: se inscrever, seguir o sorteio e aí você possibilita a entrada de diversas pessoas que, no perfil anterior, não entrariam, porque nem se dariam direito de tentar. Nós temos

hoje entrando na Escola uma multiplicidade de pessoas diferentes. Esse ano, no ensino médio, você vai ter um garoto de 13 anos e vai ter um cara de 40, uma pessoa de 30, todo mundo junto fazendo uma mesma atividade. Acho que essa troca geracional vai ser muito interessante para a gente. Outra variedade muito grande, que não teve antes e que teve agora, é que no nosso mestrado, cerca de 40% da turma nova não é do estado do Rio de Janeiro. Então a gente está com gente do Nordeste. A turma é muito linda. É sotaque de tudo quanto é canto do Brasil, é muito legal isso. É um desafio, porque a gente falou: “O nosso mestrado não é remoto, o nosso mestrado é presencial. Quando começar presencial, vocês vão ter que estar aqui”. E aí vai ter desafios que a gente não teve antes. Quer dizer, a gente teve muito pontualmente. Teve um mestrando nosso que não tinha lugar para morar e a gente tentou ver lá em Jacarepaguá [Centro de Referência Professor Hélio Fraga/Fiocruz]. A gente fornece alimentação para nosso estudante do mestrado que não tem condição de alimentação. Todo mundo tem direito à alimentação. Isso vai trazer para a Escola novos desafios nos próximos anos, porque o perfil de alunado modificou muito e tem muita gente com mais necessidades.

SK – Você sentiu uma maior diversidade em termos de marcadores de gênero ou raciais?

AS – Lá na Escola tem programa de cotas há muito tempo. Eu algumas vezes falei isso. O melhor dessa escola é quando a gente vê que a nossa escola não é branca. Já não é uma escola, vamos dizer assim, dentro dos padrões brancos; é uma escola muito mestiça, muito misturada, isso é muito legal. É uma escola que aceita pessoas com deficiência. A primeira turma em que a gente teve pessoas com deficiência foi da EJA, isso já há muito tempo, desde 2006, se eu não me engano. Atualmente, a gente tem pessoas com autismo na Escola, que passaram no processo de seleção. No município, eu trabalho com educação especial há 28 anos. É difícil uma pessoa com deficiência passar por uma trajetória escolar muito grande. A gente nunca teve surdo na Escola, a gente nunca teve cego na Escola, ou com baixa visão. A gente tem mais de uma pessoa com dislexia, que não é deficiência, é uma situação específica. É uma escola que, de uma forma geral, tem uma diversidade muito grande. Nesse ano, na turma do mestrado, foi muito interessante: a gente só tem um homem, o resto é tudo mulher. Estamos com 19 mulheres e um homem na turma.

SK – É um desafio grande, né? Anakeila, a gente teve mudança no cenário político na prefeitura, com a saída de Marcelo Crivella e a eleição de Eduardo Paes. Como é que isso impactou? Você estava falando dessa relação por vezes tensa com a Secretaria de Educação no município. Vocês sentiram alguma situação de tensão em relação à Secretaria Municipal de Educação por conta do posicionamento da Escola em relação às condutas e aos protocolos que deveriam ser seguidos?

AS – Na verdade, a articulação com a prefeitura vinha muito por intermédio da presidência, não vinha direto. Quem articulava essa discussão com as escolas do município era a presidência, que chamava a gente, chamava a ENSP [Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca], e a gente fazia esse bate papo coletivo. Então, não teve nenhum impacto direto na Escola. Isso é muito mediado, até porque isso era um

combinado. Uma coisa é você chamar alguém da Escola Politécnica para uma *live* sobre tal coisa, para fazer uma discussão. A gente sempre esteve aberto. Outra coisa é você pedir uma assessoria. Essa assessoria vinha por intermédio da presidência. Aí eu acho que quando a presidência também passa a fazer parte do coletivo, dentro do município, na discussão sobre o retorno...

SK – Do Comitê de Assessoramento? Comitê científico.

AS – Isso se aceita por cima, não tem nenhum impacto direto, até porque a gente não tem esse poder. Nem como Fiocruz. A gente não tem esse poder de determinar qual a política do município. A gente tem o dever de demonstrar, através de todos os estudos científicos, o que é melhor para a saúde da população, em termos sanitários e, de acordo com esses termos sanitários, também em termos da educação, mas a gente não tem esse poder de decidir se tem que ser feito assim ou assado. Agora, uma coisa muito importante, que a gente falava sempre – e aí eu estou falando como professora do município: a gente tem que aprender com o professor. Quem está no chão da escola, de cada escola do município, é um conjunto de educadores. Se a gente não se apropria de todo esse conhecimento científico que é fornecido por outras instituições públicas como a Fiocruz, se a gente não avalia... Dentro da minha sala de aula, cabem “x” estudantes, eu tenho que saber quais são as normas, tenho que garantir a medida de distanciamento, tenho que fazer tudo isso e tenho que “brigar” com a Secretaria. Porque se eu, como cidadão que estou ali, que estou enfrentando... Isso se deu comigo na semana passada. A pessoa chegou na minha sala e perguntou: “Quantos alunos tem, como é que você coloca? Vai voltar à aula.” Eu falei: “Opa! Eu trabalho com criança com deficiência, somos eu e o aluno, por isso estou numa situação privilegiada, mas esse aluno está com mais tantos na sala de aula junto com a professora”. Então, se eu, como professora, não me aproprio disso e não questiono... Aí ela falou assim: “Não, mas é assim que manda, está no comitê.” Eu falei: “Me desculpa, eu estou voltando para o município agora, o que é o CEEC [Comitê Especial de Enfrentamento à Covid-19]? Você pode me passar a documentação, por favor, que eu vou estudar?” É um absurdo a normativa da educação especial. Tem uma parte que diz lá: “O autista que não quiser usar máscara, que não conseguir, vai ficar sem usar máscara e você faz um metro de distanciamento”. Não é todo autista que eu posso fazer um metro de distanciamento, entendeu? Se eu não me aproprio disso para ter as condições de dialogar quanto a isso, não adianta. Não adianta nenhuma normativa se a gente, enquanto escola, não fizer o estudo próprio dessa escola, desse chão concreto, e dizer: “Eu tenho 100 alunos, na minha sala de aula cabem 10, ‘senhora’ prefeitura. O que você faz com os meus 90?” Porque eu quero garantir aluno na sala de aula, eu quero garantir estudo, mas eu quero garantir estudo dentro das normas. Era esse tipo de diálogo que a gente fazia, a gente estava levando ali um conhecimento para que as escolas pudessem apropriar-se dele, e organizar a escola, não para dizer “não dou aula”, mas para dizer “eu dou aula” sob certas condições. A realidade das escolas públicas, eu falo isso porque eu trabalho ali, é de a gente ir e não ter água. Como é que você lava a mão de aluno, sem água? Então, é aí que a gente tem que bater, não é simplesmente dizer: “Não dou aula”. Há anos a gente busca salas de aula e escolas públicas dignas para se trabalhar

e para se estudar. A gente trabalhava muito nessa perspectiva: “Olha só, o conhecimento está na sua mão, se aproprie, porque a gente só vai poder mudar a escola com esse cabedal de conhecimento e de luta política.” Era muito por aí que a gente fazia. A gente não falava “estou aqui para resolver esse problema.” A gente dizia: “Estou aqui para dividir o que eu sei de conhecimento que possa garantir o nosso retorno seguro”.

SK – Você poderia falar, por favor, dessas ações concretas que estão fazendo na Escola? Sei que vocês estão trabalhando muito a questão da ventilação, são detalhes que a gente não percebe. Essa questão das portas ficarem sempre abertas. Você acha que essa preparação está concluída? Está em que estágio? Como é que foi feito isso? Você sente algum efeito, no sentido de que outras escolas possam se organizar a partir do exemplo da Fiocruz, para pressionar por melhores condições?

AS – É uma coisa muito difícil, porque não se dá nessa relação tão direta assim. Por exemplo, eu agora, retornando para a Escola, eu falo assim: “A Fiocruz fez, a gente vai fazer a *live* disso”. Todo o material que a gente faz eu divido, mas o grupo de professores dos municípios é muito diverso. Tem as pessoas ali que estão com medo, mas vão dar aula, porque senão ficam sem salário. Chegou ao absurdo, no município de Caxias, de os professores fazerem greve para poderem fazer ensino remoto. Os professores estavam fazendo ensino remoto, mas estavam sendo descontados. Antes da vacina, já tinham mandado ir. Aí, quando mandou voltar [ao presencial], as pessoas: “Eu não vou voltar.” “Então vou dar vacina.” Deu a primeira dose e voltou. Aí chega o sindicato e faz greve, para poder trabalhar em casa. Quer dizer, essa era a luta. Conheço gente que estava trabalhando e sendo descontado. É tanta diversidade, tanto negacionismo, tanta coisa louca, que a gente não pode dizer que o fato de a gente socializar o conhecimento resulta em alguma coisa ou não. Mas isso possibilita uma maior disposição, uma maior socialização. É o trabalho de formiguinha, cotidiano, eu falei isso na semana passada. Semana passada, eu ia para uma escola em que um diretor morreu de covid. Uma escola a dois pontos de ônibus da minha. Eu ia para essa escola porque ia para a sala de recursos. É uma modalidade da Educação especial e Inclusiva em que se busca oferecer aos educandos e educandas com deficiência os apoios e recursos necessários para seu melhor desenvolvimento. O diretor internou na terça e, no domingo, morreu. Na quarta-feira estava todo mundo voltando. Eu falei: “Gente, como assim? Como assim? Você não vai discutir na Secretaria o que significa isso?” Você não passa incólume pela morte de algum ser humano! O cara tem um posto ali. E isso foi no domingo, na quarta-feira a prefeitura foi na escola, na sexta-feira falou: “Volta todo mundo”. Então, não dá para fazer essa correlação direta, entre as lives que nós fazemos e o efeito disso se converter numa melhoria concreta, nesse contexto político que a gente vive, desse governo. Eu creio que em uma escola ou outra há esse efeito. A minha escola, por exemplo, estava com distanciamento direitinho, eu estava olhando para a parte da comida das crianças, falando: “Olha, a gente tem que melhorar isso, não está bom. Se está com pouca gente, afasta mais as crianças”. Então, a gente estava tendo esse cuidado. Tem luva na minha sala e na sala das professoras, tem o álcool, as crianças já estão incorporadas nisso, álcool na mãozinha e limpa, tem álcool na entrada... alguns procedimentos estão sendo feitos, mas a gente

sabe que é nos mínimos detalhes que a gente escorrega. O procedimento básico pode estar okay, mas aquela coisa de “vou tirar para beber uma aguinha aqui, rapidinho”... Isso escapa. É muita coisa junto que a gente tem que reaprender, a gente tem que reaprender a ser coletividade, não dá para dizer que só com conhecimento científico a gente vai aprender o senso de coletividade. Eu acho que isso é o mais difícil dentro da Escola Politécnica, sendo uma escola em que todo mundo fazia tudo junto, que estava na escola e na sala de aula junto, que gostava de fazer festa e tal. É difícil reaprender a ser coletividade, ter coragem de voltar para a Escola, coragem de se reunir. Do ponto de vista da estrutura, a Escola está muito bem preparada para voltar, temos uma situação muito boa, muito singular, de máscara, de álcool, de espaço físico, distanciamento, de marcação, de comunicação visual, isso tudo a gente está muito organizado. Agora, do ponto de vista dos seres humanos se sentirem seguros para sair de casa, isso ainda é um desafio para a gente.

SK – A Escola vai voltar quando?

AS – Começa a voltar segunda-feira, dia 30. Os alunos do quarto ano e turmas específicas da EJA, eu acho.

SK – E o ensino médio, volta também?

AS – É o ensino médio que volta na segunda. Quarto ano do Ensino Médio. Nosso ensino médio é de quatro anos.

SK – Não sabia!

AS – Volta o quarto ano agora, daqui a 21 dias deve voltar o terceiro e aí a gente vai fazendo esse monitoramento. Já tem uma escala de retorno e de discussão constante sobre isso, aprovamos no CD. De acordo com a evolução da pandemia, a gente volta com o terceiro ano, vai fazendo a inserção, aos poucos, das turmas. Quem está acompanhando... Eu não estou mais na direção, estou na pós-graduação. Acho que seria legal falar com a Anamaria [D'Andrea Corbo] ou com a Ingrid [D'avilla], porque a Ingrid é a nova vice de ensino. Ela era coordenadora na minha gestão. Ela entrou para ser coordenadora, em outubro de 2019, ainda com a coordenadora anterior que lhe fez a passagem dos processos de coordenação. Em 2020 ela era a coordenadora sozinha. Ela entrou com a pandemia, então já entrou trabalhando enlouquecida para organizar tudo. Ela está desde o princípio, por isso eu falei o nome dela, mais do que o da Ana. Ela vivenciou todo esse processo que eu estou te contando, de pensar atividade, rever currículo, distribuir as coisas. Ela agora é a vice de ensino. Ela pode até te dar mais detalhes, porque estava de frente com isso como coordenadora geral do ensino técnico. Agora ela é vice diretora.

SK – Pensando numa conversa que a gente teve com o Hermano [de Castro], da ENSP, vizinha do Poli, sobre a relação com o território. Você falou muitas vezes dessa questão do medo do cotidiano, da violência sofrida pelo território. Essa foi uma pergunta que eu

fiz para o Hermano: como é pensar, por exemplo, espaços de maior abertura, de maior ventilação, num espaço totalmente marcado pelo medo do tiroteio? Isso é o real, infelizmente. Como é que vocês lidaram e lidam com isso? Obviamente é uma situação estrutural, uma violência estrutural, e que no momento em que a gente de fato precisa ter espaços abertos, se torna ainda mais desafiador. Como você vê essa questão?

AS – Eu vou te dizer assim, pessoalmente. De todas as coisas que eu vivi na Escola como diretora, para mim o que doía mais era a situação de violência. Em dia de tiroteio, eu chegava em casa e parecia que o mundo tinha caído na nossa cabeça, porque é muito tenso. É muito tenso. A gente teve treinamento, a gente teve para escoar esses alunos dali tudo, com apoio da Fiocruz, inclusive, sempre tem que falar isso. A gente tinha treinamento, tinha comunicador, tinha tudo. Vai para o centro do pátio e fica ali, liga para a segurança da Fiocruz, arranja ônibus e faz a saída específica por um portão. Gente, é uma tensão! Sorte que os alunos são muito parceiros e eles mesmo se auto-organizavam: “Quem vai para Benfica vai por aqui e fica aqui; quem vai para não sei onde vem por aqui”. Sabiam o colega que estava mal e aí já ficava ali fazendo o cuidado com aquele colega, além da gente. Essa nossa parceria com os estudantes e com esse poder de auto-organização dos estudantes, que é muito grande, é muito legal. Eles têm coletivos dentro da Escola: tem o coletivo de negros e negras, tem um coletivo LGBT. Essa auto-organização ajuda na Escola também, nesse processo cotidiano. Agora, de fato, quando voltar tudo ao normal, a gente tem dois planos de contingência, que são divergentes, porque um diz para sair da sala, porque é melhor no espaço aberto, mas ao mesmo tempo diz que não é qualquer espaço aberto. É um desafio. O local em que a gente já fazia o plano de contingência é um pátio central, só que agora não pode ter acumulação de gente ali. É uma coisa que não está resolvida. Desde antes da minha gestão, quando houve um período de muita tensão no território, a Escola luta pela blindagem. E é bom dizer que a Escola Politécnica sempre foi contra a blindagem, mas teve um momento em que a Escola Politécnica falou: “Não, não vai ter jeito, a gente vai ter que fazer blindagem”. Desde a gestão do Paulão [César de Castro Ribeiro], isso está sendo discutido, foi discutido na minha gestão inteira, com reuniões e reuniões com a presidência, com licitações, e licitações que deram “em branco”, com reformulações e reformulações de projetos para que a outra licitação desse certo, com o Mario [Moreira] se colocando. A licitação é uma coisa cara, mas o Mario bancou, enquanto gestor da Fiocruz. Então, não é uma situação fácil e a gente ainda não conseguiu a blindagem. Parece que está previsto para esse ano, mas várias vezes já esteve previsto e não aconteceu. As empresas não sabem fazer blindagem em prédio, as empresas sabem fazer blindagem de carro. E aí você tem que ter muita burocracia, você tem que ter aprovação do Exército para dizer que aquela placa pode botar. A blindagem resolve tudo? Não! Não resolve tudo, ela dá uma sensação psicológica de maior segurança, mas a gente sabe que ainda não resolve tudo. Por exemplo, a gente tem um muro lá que é superprotegido, que é o muro onde está agora a Praça Luiz Fernando Ferreira. Esse muro tem uma construção especial que, se vier bala X, Y, Z, ela tranca, ela barra. Mas tem toda a fachada da Escola também...

SK – Esse muro foi construído pensando nisso, então?

AS – Sim, foi construído pensando nisso, foi feito pela presidência, teve todo um estudo sobre como fazer, ele é mais grosso. E quando a gente começou essa discussão, que foi logo na minha entrada, a Escola tinha acabado de passar por reforma. Se a gente bota blindagem nas janelas, você teria que refazer toda a estrutura da Escola, porque não aguenta o peso. Então, teve que ter um projeto que fosse fora da estrutura da Escola. Tem a parede da Escola aqui e tem que pôr uma blindagem por fora, ou outra parede, e a parede não pode ser totalmente fechada, por conta da ventilação – agora mais do que nunca. A gente não estava na pandemia e a ventilação era um projeto em que, digamos assim, seria construída uma parede blindada afastada da janela, com frestas, para não atrapalhar a circulação do ar nem comprometer a estrutura do prédio. Então, é muita coisa para pensar. A gente tem aí um desafio. Se der um tiroteio, é um desafio para a Escola, entendeu? Porque a gente aglomerava num determinado pátio e agora a gente não pode ter aglomeração. O que a gente faz nesse momento do tiroteio? Isso durante o dia, porque de noite é outra combinação. O que acontece quando tem tiroteio à noite? As pessoas querem ir para suas casas correndo, porque os seus filhos estão no meio do tiroteio, a sua família toda está no meio do tiroteio [alunos moradores de Manguinhos], então é uma outra questão. Quando é de dia e a gente sabe que o negócio não vai ficar bom, a gente suspende a aula a noite – o que já é uma questão, porque muitas vezes a gente já está fazendo a janta para os estudantes da EJA e, então, você tem que parar de fazer a janta, você deixa de dar aula para aquelas pessoas, é ruim para o processo pedagógico. Mas e se, o que muitas vezes acontece, o tiroteio acontece só à noite? Aí tem que ver qual o melhor momento, tem que dar uma sossegada para liberar os alunos, porque os alunos são adultos e querem sair da Escola, porque a sua família toda está no meio do tiroteio. Todo esse processo é muito tenso, acho que é o pior processo da gestão, para mim. É o pior processo, porque psicologicamente é muito ruim e você vê que a gente tem colegas que adoecem também, por causa disso. A gente já teve o caso de uma colega que sempre chegava às 8h. Teve um dia em que ela não chegou 8h, chegou 8h30 e viu que o tiro tinha passado onde ela senta.

SK – Nossa!

AS – Por sorte naquele dia ela não estava ali. Não tem como você não adoecer com isso. Tem gente que já saiu da Escola, falou assim: “Tudo bem, eu não preciso estar em linha de frente, mas eu não consigo não me afetar. Eu me sinto responsável pelo adolescente, eu não consigo ficar mais nisso”. E sai da Escola, psicologicamente não dá conta de ser o responsável por adolescentes no momento do tiroteio. A gente vê muitos colegas adoecendo também por conta disso. A gente discute muito na Escola o nosso adoecimento por questões distintas – e uma delas é o quanto a violência sofrida pelo território afeta a gente também.

SK – Essa é uma questão que atinge profundamente toda a comunidade da Fiocruz. Por muito tempo a Casa de Oswaldo Cruz ficava no prédio da Expansão, atual campus Maré, que também vivia de maneira muito intensa essas situações. Veja essa questão da

ventilação. É verdade que a janela estar fechada ou aberta dá no mesmo para um tiroteio, mas com essa questão da aglomeração, por exemplo, isso muda totalmente.

AS – É. Depois da pandemia, você já não pode mais botar todo mundo num canto para se proteger. A blindagem para a gente, agora, se torna mais importante ainda, entendeu? Porque ao blindar, você consegue manter nos espaços que você está. Você não precisa se aglomerar. Se faz a blindagem, você fica com mais espaços. Nesse momento de pandemia, se você faz a blindagem, você fica com mais espaços protegidos e mesmo que você tenha que deslocar, por exemplo, se o tiro estiver vindo ... A Fiocruz teve que aprender essas coisas também: o tiro está vindo de lá, então a sala x é mais vulnerável que a sala y. Então, só sai o pessoal da sala x, não precisa sair todo mundo. Muitas vezes a gente sai, dá a bandeira vermelha lá e sai todo mundo, vai para o pátio e fica esperando, senta e espera, não tem mais o que fazer. Agora não pode fazer todo mundo sentar e esperar, a gente tem que fazer de outra forma. A blindagem, mais do que nunca, acaba sendo, agora, mais um tipo de proteção, que é a de não aglomerar.

SK – Como é a relação com os agentes comunitários, com os moradores do território, do ponto de vista do enfrentamento mesmo da pandemia, para além da questão da educação? E aí queria te fazer uma pergunta, você fica à vontade, naturalmente, para responder ou não, porque eu sei que é uma pergunta delicada. Em algum momento vocês tiveram algum tipo de “interlocução” ou “comunicação”, indireta, claro, com o tráfico? Quer dizer, não, obviamente, vocês procurando, mas alguma perspectiva de trégua, digamos assim? Sabendo que, obviamente, tem violência policial, que está aí o tempo todo.

AS – A gente não tem interlocução. Já teve época, não na minha gestão, de ficarmos sabendo algo como: “O tráfico mandou fechar a Escola”. Não sei como chegava nos ouvidos, mas a gente dizia “não vai fechar, o tráfico não manda na escola pública”. Já teve esse tipo de “comunicação”, em épocas passadas, não na minha gestão. Eu me lembro disso, de alguém comentar: “O tráfico mandou fechar todas as escolas...”. Isso foi bem no princípio, a gente estava começando com a EJA, eu estava na vice de ensino, e foi bem no princípio. A EJA, na verdade, naquela época, só ocupava o espaço da Escola. A EJA entrou na Escola como ocupação de espaço, depois é que se tornou um projeto da Escola. Hoje em dia é um projeto totalmente integrado à Escola, mas no momento em que ela entrou, foi só como ocupação do espaço físico, era um corpo paralelo à Escola. E aí, nessa época, eu lembro de alguém falar disso. Acho que na época, se não me engano, o diretor era o André Malhão e ele falou assim: “a Escola não vai fechar, porque o tráfico não manda aqui dentro, aqui é uma instituição pública, a gente vai manter a Escola aberta”. Eu lembro desse rumor. A gente nunca teve nenhum tipo de interlocução. Até porque ...

SK – Desculpe te interromper, vou reformular o que eu perguntei, porque parece realmente uma coisa estapafúrdia, claro que vocês não têm “interlocução” com o tráfico de drogas. Perguntei mais nesse ponto de vista mesmo que você está falando, sobre qual é o impacto na Escola dessa lógica da violência, que vem do tráfico e vem também da violência policial, e como é que vocês ficam nessa posição de defender a autonomia da

escola como espaço público, como uma instituição pública, mas, ao mesmo tempo, estando sujeito a essas dinâmicas que a gente não controla, que estão aí literalmente na fronteira. Você olha pela janela e está essa situação ali.

AS – Eu ia até tocar nisso. Quem tem a interlocução com a Secretaria de Segurança Pública é a presidência da Fiocruz. Com a mudança do governo – assim que eu entrei – isso modificou. É delicado falar isso, porque não sou eu a interlocutora direta, mas modificou, do ponto de vista do respeito da Segurança Pública com a Fiocruz. Antes havia essa interlocução direta. Já houve situações de falarmos: “Olha, tem um helicóptero sobrevoando a Fiocruz com uma arma”. Eu já vi da minha sala do terceiro andar, [um helicóptero] com uma arma apontada. Isso não é norma de Segurança Pública. E simplesmente eles respondiam: “Não, não tem não”. As últimas mudanças de governo foram muito desfavoráveis e aí eu acho que a própria presidência, com essa política de “insegurança” pública e pela falta de civilidade, falta de democracia, simplesmente parou de fazer interlocução. Eu acho que o sofrimento que a gente sofre nesse território é muito mais ação do Estado do que ação dos traficantes. No cotidiano, é muito mais ação do Estado, que entra atirando. “Ah, Anakeila, quer dizer que você nunca viu um traficante atravessando a rua com arma na mão?” Eu não vi, mas tem relato de muita gente que diz assim: “Caraca, entrei na Leopoldo e tinha um monte de traficante atravessando a rua, mandando o trânsito parar”. Essa foi a violência sofrida. De uma forma geral, quando a gente ouve os colegas falando de traficantes, é que o comboio passou pela rua com suas armas, mas não uma situação de colocar arma na cabeça das pessoas, pelo menos é o que eu ouvi dos colegas. Agora, por outro lado, o Estado entra atirando. Então a violência é sofrida muito mais por intermédio da ação do Estado do que uma violência sofrida por intermédio de facções não estatais. Tem as facções estatais e as não estatais. Sempre quem estabeleceu essa interlocução - porque era uma coisa que afetava a Fiocruz inteira e não só a Escola Politécnica - foi a presidência. O que é diferente para a gente, de um modo geral, é a EJA, porque poucas unidades funcionam à noite na Fiocruz de forma tão cotidiana e permanente. De fato, nosso funcionamento na Escola começa às 7h30, 8h e vai até às 22h. Então, quando tem um tiroteio, às vezes a gente sai de lá às 23h, porque enquanto todos os alunos não saem, a gente não pode sair, os profissionais que estão ali não podem sair. Mas também a gente sabe que quando o território não está bom, os próprios alunos começam a dizer para a gente, comunicar que não vão. E se houve já alguma coisa muito forte durante o dia, a gente suspende à noite, para a segurança dos trabalhadores e dos estudantes. Eu acho que o que a gente mais tem sofrido nos últimos anos é violência do Estado, é a consequência da violência do Estado. Um traficante nunca parou o trabalho da Escola Politécnica e nem vai parar, porque não pode, a gente é uma instituição pública. Mas a violência do Estado já fez parar.

SK – Você acha que essa dinâmica mudou durante a pandemia?

AS – A dinâmica da violência do Estado, não. A gente não ouve mais, porque a gente está trabalhando em casa. Mas quando você tem contato com a comunidade, você vê que a violência continua dentro do território. Quem não está conectado com a comunidade não

sabe, a gente só ouve porque a gente vai trabalhar. É o que a gente fala: “A gente tem o privilégio de ir e voltar, a comunidade está ali”. Então, sobretudo na metade do ano, em agosto, setembro, já começa: “Cuidado, não sai de casa”. A violência cessou? Não. A gente acha que ela diminuiu porque a gente não está indo trabalhar lá, muita gente não está indo trabalhar lá, então sente menos o impacto. Mas para a comunidade, ela continua.

SK – É terrível isso. Essa relação com os agentes comunitários, com os movimentos sociais, você acha que a pandemia aproximou a população do território da Escola, uma relação que sempre foi próxima?

AS – É isso, sempre foi uma relação muito próxima. Para trabalhar no território, você tem que estar dentro do território. A gente não está dentro do território, então há essa sensação de afastamento físico. O pessoal que trabalha mais diretamente como ACS fez várias *lives*, várias atividades, a gente pensou materiais para o agente comunitário ou o agente de vigilância. Tem lugares que só têm o agente de vigilância e tem lugares que só têm o ACS. A Escola ganhou vários projetos do edital Inova para produzir materiais para esses trabalhadores e *com* esses trabalhadores. Saiu um vídeo lindo agora, da pesquisa “Saúde sem máscara”, que é o depoimento desses trabalhadores no momento de pandemia, falando das dificuldades de trabalhar. Então, a gente continuou fazendo atividades e produzindo materiais junto para essa população e *com* essa população. A EJA nos aproxima muito daquelas pessoas do território também. O curso de Territorialização, que acontece junto com a Cooperação Social [da Fiocruz], se manteve, porque são atividades que a Escola já faz há muito tempo. Por exemplo, a gente potencializou muito o trabalho com os agentes indígenas, com os movimentos sociais. O trabalho com o MST continua. No caso dos agentes indígenas - com os indígenas de uma forma geral -, a gente fez curso sobre a questão do mercúrio. Tem a discussão sobre a água também. Então a gente tem potencializado... A materialidade não deixa a gente descansar, é isso. [risos] A gente não pode parar de fazer isso, porque a realidade diz o seguinte: “Não dá para parar de lutar”. Não dá tempo para refresco, sentar e tomar uma água de coco, não dá. Se você quer tomar água de coco, vai tomar andando, porque não dá para parar de fazer. A gente está com muito desafio aí em muitas frentes, então na verdade acaba se potencializando, porque o negócio está feio para a gente.

SK – Você falou do Inova. Essas ações que você está descrevendo agora foram relacionadas ao Inova? Isso que você acabou de mencionar, a produção de materiais?

AS – Tem muitos relacionados ao Inova, mas tem também outros que não. A área de Saúde do Idoso ganhou no Inova, a área de territorialização também – se eu não me engano. Tem um programa do Inova que fez essa territorialização de uma forma mais ampla. A gente teve alguns projetos no Inova que foram importantes, para potencializar coisas que a Escola já faz. Claro, a gente só ganha o Inova porque tem uma trajetória naquela pesquisa, naquela atuação e pode potencializar a partir do Inova. E a partir do Inova também é interessante esse trabalho coletivo, a possibilidade de fazer

interunidades, não só no Rio, mas com a Fiocruz em outros estados também. Isso é muito importante, porque amplia o nosso raio de atuação enquanto instituição pública.

SK – Quais são as parcerias com as outras unidades? No caso, de ações voltadas para a pandemia.

AS – Vou falar de um modo geral. Não sei se vou conseguir mapear todas. A gente tem lá com a Fiocruz Pernambuco. A gente fez o vídeo do “SUS em ação”, uma série de materiais para agentes de saúde em tempos de coronavírus. Na interlocução com Brasília, tem essa atividade dos indígenas, essa pesquisa com técnicos em saúde. Tem com o ICICT [Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica], tem com a UFRJ, UERJ, tem atividades com o NUST [Núcleo de Saúde do Trabalhador - Fiocruz] que também está junto com a gente... Com a Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Rio, a gente fez uma parceria para produzir material, uma cartilha muito interessante para o ACS. Nessas atividades tem dois movimentos muito interessantes. Muitas vezes a própria Fiocruz nos estados não conhece a Escola. Então a gente fez um movimento muito interessante no Fórum das Unidades Regionais durante a minha gestão. A gente ampliou o Provoc. A gente faz discussões com a Fiocruz Bahia também, sobre esse processo da formação do técnico em saúde. Eles começaram a conhecer as nossas atividades em diversas áreas. A gente também trabalha com movimento social, faz muita coisa com o povo da Fiocruz Ceará na área de vigilância em saúde. É bastante interessante, porque a gente vai ampliando nosso raio de atuação e essa possibilidade de trabalhar com outros municípios: “Ah, então vou chamar vocês para uma discussão com a Secretaria de Saúde do estado da Bahia, ou dos municípios em que a gente está trabalhando”. A gente vai podendo fazer essa interlocução mais abrangente e esse movimento tem sido bastante interessante.

SK – Então tem uma relação também com os gestores de saúde, das Secretarias de Educação e de Saúde?

AS – A gente acaba tendo mais relação com o gestor da saúde, de fato. Com gestores municipais, a gente tem mais com a saúde, a gente tinha antes mesmo da pandemia. Depois das viradas de governo isso foi mais difícil. Tinha o Curso de Gestores de Saúde do município do Rio de Janeiro. Mesma coisa com os ACS, com o município. Agora, de um modo geral – saindo da lógica da gestão – a gente tem muita relação com os sindicatos. A gente tem relação com os sindicatos na área da saúde e de educação também, tanto os que são mais ligados aos municípios, como também os sindicatos, por exemplo, do Pedro II, do Instituto Federal. E a relação com os movimentos sociais cresceu muito nesses últimos anos, muito pela lógica de operacionalizar, através de emenda parlamentar. Então os movimentos nos procuram. Com o MST a gente já tem parceria há muito tempo e eles têm diversas ações: junto à população LGBT do campo; tem a questão da agroecologia – a gente vai lançar agora no mês de outubro e novembro o Dicionário de Educação e Agroecologia, que foi um movimento sobre o qual o próprio Movimento dos Trabalhadores Sem Terra conversou com a presidência, veio por intermédio da

presidência e a gente está terminando. O MAB [Movimentos dos Atingidos por Barragens] também veio para a Escola através de emenda. A Associação de Doulas também veio e a gente tem feito formação e pesquisa na área de doulas, não só no estado do Rio de Janeiro, mas ampliando para quatro estados e estados no Nordeste. Esse trabalho com movimentos sociais, como o que temos com o MST já faz uns 16 anos, tem se ampliado muito, com outros movimentos que reconhecem na Escola essa potencialidade da formação. Isso é muito importante, porque amplia a concepção de Saúde, de Educação e de formação. A gente também aprende muito com os movimentos, com a urgência que os movimentos têm de fazer “para hoje”. O serviço público muitas vezes é mais moroso e aí tem um aprendizado importante da Escola com essas atividades.

SK – A gente vive uma instituição tão incrivelmente diversa, que a cada vez que eu ouço as atividades que são feitas nas diversas unidades, a gente amplia ainda mais do que a gente sabe sobre a Fiocruz. Queria te fazer duas perguntas específicas e depois a gente encerra. Uma é sobre o acolhimento aos trabalhadores do Centro Hospitalar da Fiocruz para pacientes graves da covid, que eu acho que deve ter sido uma experiência muito forte, você estar naquele momento ali muito dramático, no primeiro semestre de 2020, a construção desse prédio tão importante, ali no espaço que era o campo de futebol. Eu algumas vezes passei por ali e vi os trabalhadores da construção. Como é que foi isso? Foi uma demanda colocada para vocês?

AS – Naquele CD que teve, acho que no dia 16 de março, a gente falou assim: “A Escola Politécnica está aberta”. O CD da Escola deliberou que a Escola Politécnica estaria aberta para toda e qualquer ação que contribuísse ao combate à covid. Porque você pensa assim: “o que uma escola vai fazer?” Para o hospital está claro, para o posto de saúde está claro, mas o que uma escola poderia fazer num momento desses, se está todo mundo dizendo que a escola tem que parar? Fecha-se a escola. E a Escola fez o movimento contrário: “Não, a gente está aberto para fazer”. Naquele momento, a Fiocruz precisava agilizar a construção daquele hospital e a presença dos trabalhadores da construção ali viabilizaria tornar mais rápido aquele processo todo. Então, a Escola se preparou para isso. A empresa trouxe todos os materiais – a gente não tem cama, não tem nada – e a Escola esvaziou as salas de aula, fez todos os protocolos e eles montaram o alojamento dentro da Escola. No alojamento botaram tapume, porque tinha a questão da circulação. Tinha a questão da alimentação e a gente organizou a Escola para considerar essa possibilidade. Por isso eu falo que a Escola não parou, porque o corpo trabalha diretamente com isso, na administração, na infraestrutura, etc e tal, desde o princípio, olhando cada coisa que a gente decidia. A cada estratégia, cada ação, o povo estava lá trabalhando, mobilizado. Foi uma experiência interessante, mas também de muito diálogo com a empresa, porque a gente fez uma troca. A empresa ajudou muito na construção desse espaço que a gente tem, a praça Luiz Fernando foi viabilizada como contrapartida. A gente disse: “Tudo bem, a gente te oferece e você nos ajuda a montar isso, porque a gente precisa”. Claro, com essa interlocução da presidência. Para a parte mais estrutural da praça, a gente tinha que fazer nivelamento do terreno, para poder montar as coisas, e teve essa contribuição da empresa como contrapartida. E também tinha o compromisso de que, ao final, todos os

espaços utilizados deveriam ser devolvidos da forma que estavam, em termos de pintura, de tudo. A empresa cumpriu o combinado. A Escola estava nova, né? Tinham que devolver a Escola nova para a gente. O pessoal da limpeza foi extremamente importante, porque eles também não tiveram trégua, tinham que estar lá limpando a Escola e mantendo a Escola limpa. Sem o pessoal da limpeza, não tinha como viabilizar o cotidiano. Estavam lá contribuindo nesse processo todo e apoiando a gente.

SK – Quanto tempo eles ficaram? Quanto tempo foi esse acolhimento, essa ação?

AS – Teve uma série de ampliações, umas modificações no processo. Primeiro era um contingente muito grande de trabalhador para o hospital. Depois, teve outras obras dentro da Fiocruz, que a empresa ganhou, e o contingente de trabalhadores foi diminuindo, mas a empresa ainda estava lá. Se eu não me engano, eles ficaram até janeiro, fevereiro desse ano [2021].

SK – Bastante tempo.

AS – Bastante tempo. Porque o combinado era até outubro, aí atrasou um mês a obra, entrou aquela questão da expansão, outras obras, eles foram ficando e diminuindo o quantitativo. Sempre com o combinado: “No dia em que voltar aula, vocês saem”. A gente estava planejando o retorno para outubro. Então, desde outubro, eles já estavam avisados: “Olha, quando a gente decretar a volta, vocês têm quinze dias para deixar a escola arrumada novamente”. E a gente foi fazendo esse processo. Mas acabou que a gente não foi voltando e foram surgindo obras, e eles ficaram mais um tempo. Se eu não me engano, foi em janeiro deste ano que eles saíram, porque a gente estava planejando voltar em fevereiro. Em janeiro foi feita a devolução, com a pintura, com tudo direitinho.

SK – É uma experiência muito interessante. É interessante a praça ser viabilizada também. Essa ideia da escola aberta, é uma ideia muito forte.

AS – Deixa eu só te dizer que esse espaço [a praça Luiz Fernando Ferreira] não é só da Escola, a gente tem que dizer isso. Esse espaço é um espaço da Fiocruz.

SK – Sim, sim. A Nísia [Trindade Lima] já falou várias vezes isso, inclusive.

AS – Porque teve apoio da presidência nesse processo de articulação, teve o apoio da Fiotec [Fundação de Apoio à Fiocruz], foi uma coisa que não estava prevista, a gente não tinha orçamento para fazer aquilo, e queria fazer ali uma praça de convivência para os estudantes. Isso já estava no planejamento lá da minha gestão, ter um espaço de convivência para os estudantes ficarem mais tempo na Escola. A pracinha virou uma grande agora Luiz Fernando Ferreira, com toda a contribuição da presidência nessa interlocução, com a contribuição da Fiotec, a gente conseguiu juntar pessoas em prol disso. E hoje eu acho que é o maior lugar da Fiocruz para juntar gente, para fazer atividades, fazer nossos congressos internos. É um lugar que ficou muito bacana para

todos nós, profissionais, trabalhadores da Fiocruz utilizarmos e podermos estar juntos. Por enquanto, com um metro da distância [risos] e com máscara.

SK – Eu já ouvi a Nísia várias vezes falando da importância desse espaço como um espaço da Fiocruz, não só concretamente, fisicamente, mas também simbolicamente, essa Ágora, como você falou. E, claro, com os procedimentos que são exigidos no contexto da pandemia. Eu queria te perguntar, para a gente fechar: o que você destacaria, pensando na Escola, como sendo os maiores aprendizados desse processo e o que vocês ainda gostariam de fazer? Qual é o desafio e qual é o aprendizado? Como gestora, mas como professora também, como indivíduo, como pessoa.

AS – Tem uma coisa que eu acho que é - ou deveria ser - premissa de toda escola: não dá para fazer uma escola sem trabalho coletivo, não dá. Não existe professor que entra na sala de aula e fecha a porta e dá aula, não existe. Em tempo de pandemia, não existe, porque tudo o que a gente teve que fazer era rediscutindo tudo, rediscutir currículo, rediscutindo como é que a gente ia dar esse conteúdo, quem ia dar e como. A gente teve muito trabalho coletivo. Por exemplo, um vídeo para falar da máscara: vinha gente do Laboratório de Informação em Saúde [ICICT] junto com gente do Laboratório de Vigilância, junto com o de Atenção em Saúde, e todos se juntavam para discutir aquilo ali. A gente já tinha essa prática na Escola, mas neste momento a pandemia nos trazia tanta diversidade, tanta coisa, que tinha muita gente que trabalhar junto, pensar, para fazer a coisa com o melhor conhecimento que a gente tinha naquele minuto. Era isso mesmo, a cada minuto e, no minuto seguinte, tudo pode mudar. Então, foi esse aprendizado de que sem o coletivo, aquela escola não anda. Sem coletivo, a gente não pode botar o trabalhador para dormir lá, para fazer a obra do INI, sem o coletivo a gente não pode distribuir a cesta, sem o coletivo a gente não pode repensar que currículo a gente dá, sem o coletivo a gente não viabiliza o *tablet*. Em tudo o que a gente fazia, a gente precisava dessa discussão de gente trabalhando junto, nas mais diversas ordens. Então, se tem um aluno que precisa de uma declaração para poder assistir à aula, a gente mobiliza a Secretaria e é um tal de *WhatsApp* para todo mundo e todo mundo se envolvendo. Isso ficou muito forte na Escola. A Escola já tem essa tradição, mas acho que isso ficou muito claro para a gente. Na hora de distribuir as cestas, não era só quem é responsável pela cozinha e pela nutrição que ia, a gente botava no *WhatsApp* do CD e falava: “Olha só, temos que entregar cestas e temos que embrulhar cestas. Quem pode ir lá fazer isso?” E as pessoas iam. Ficou muito claro que sem esse trabalho coletivo a gente não funciona. É fácil? Não, nem um pouco. Viver essa burocracia não é nem um pouco fácil. Alguns ficam sobrecarregados. O trabalho coletivo é extremamente importante para a gente sobreviver, sobretudo em tempo de pandemia. Eu acho que o que a gente tem de desafio é esse retorno, sobretudo para uma escola que tem o nosso projeto pedagógico, porque a gente sabe que a gente não pode ficar mais em casa e os alunos falam isso para a gente. É muito doloroso a gente ouvir alunos falando assim: “Olha, meu pai já voltou a trabalhar, minha mãe já voltou a trabalhar, todo mundo já voltou a trabalhar, eu preciso me formar, porque eu preciso trabalhar. Eu não tenho chance de não trabalhar na minha vida”. Então, você ter essa medida de que a gente precisa voltar, precisa garantir o mais próximo do que a

gente acredita, para que as pessoas possam estar bem formadas e se sentirem seguras para fazer o que tem que fazer, que é contribuir para a vida da população. A gente está formando trabalhadores para contribuir com a vida da população. Esse retorno é muito difícil. As pessoas se sentirem seguras de saírem das suas casas e poderem estar ali mediando os processos de aprendizagem, isso ainda é muito difícil para a gente, porque as pessoas ainda estão com muito medo, por mais que a gente esteja vacinado. “Ah, está bom, já temos a vacina”. Mas agora tem uma variante ... Talvez seja uma particularidade da Fiocruz, porque a gente tem acesso a muito conhecimento, então a gente sabe que não é bem assim como estão falando, a gente sabe que mesmo assim pode ter isso, pode ter aquilo. É esse acesso ao conhecimento que nos faz muitas vezes ficar na retranca. Tem algo difícil de compassar, de harmonizar, entre o medo e a realidade, entre o receio e a realidade. A realidade é: o mundo não parou, eu sou uma escola, eu tenho dever de socializar o conhecimento historicamente produzido pela humanidade e como é que eu faço isso nesse momento de pandemia? Então acho que esse é o desafio, não está resolvido, tem pessoas que são amigas minhas que estavam no CD e falavam: “Por que você ficou com raiva de mim?” E eu: “Gente, eu não fiquei com raiva. É que é muito difícil equacionar.” Ninguém está super feliz de estar trancado em casa, ninguém está feliz de ter que sair com máscara o tempo todo na cidade do Rio de Janeiro, que é um calor do cão, ninguém está feliz com isso. Não é pessoal, é que a gente não sabe qual exatamente é o melhor passo a ser dado nesse momento. O retorno para uma sala de aula é muito difícil, porque a sala de aula pressupõe o coletivo. Essa sala de aula que a gente conhece, do sistema de ensino brasileiro, é lugar de acumular, de juntar pessoas. A gente estava falando isso: “Para beber água, tem que sair da sala de aula”. Eu falei: “Se cada um no verão sair da sala para beber água, vai ser um levanta e sai”. Porque você não pode tirar a máscara dentro da sala de aula, tem que levantar para ir para o lado de fora. A dinâmica da sala de aula é diferente do processo de trabalho, porque eu, dentro da direção, beleza, eu estou ali, no máximo, com duas, três pessoas. Eu levanto, bebo minha aguinha, volto e sento. Numa sala de aula com 30 alunos, cada hora tem “senta e levanta e sai e volta”. A dinâmica da sala de aula e da concentração muda, muita coisa muda nesse cotidiano, esse pequenininho da sala de aula muda muito, então acho que vai ser um desafio muito grande. Também tem coisas que a gente vive na Escola, diferente de outras escolas, que vão ser diferentes: verão, Rio 40°C, 30 pessoas em sala de aula sem ar condicionado. Por mais que nossa escola seja ventilada em termos de estrutura, a gente tem uma estrutura muito boa de ventilação, mesmo tudo aberto, a gente não está acostumado com esse calor na Escola Politécnica. Na minha escola do município, eu estou, mas na Escola Politécnica eu não estou, não. Então é muita mudança do cotidiano mesmo, a gente só vai aprender fazendo, mas tem muito medo ainda de sair e de fazer e de aglomerar. Acho que esse é o maior desafio, esse retorno, porque não é condição externa, é condição interna, de cada um, se sentir preparado para isso – e aí você não tem como medir a saúde mental de cada um.

SK – Era isso que eu ia te perguntar. Você acha que os alunos, durante esse processo, com todo esse sofrimento que a gente mencionou, estão ansiosos por voltar? Eles têm

medo? Qual é a tendência? Já houve o retorno das escolas privadas, que também colocam uma outra orientação. O que você acha que os alunos querem?

AS – Eu acho que tem de um tudo. [risos] Tem gente que tem medo mesmo de voltar, mas acho que para adolescente o coletivo é muito importante. Na semana retrasada, quando a gente esteve lá nessa atividade de acolhimento, foi o aluno que queria, não era obrigado. O aluno que queria, ia e fazia. Já teve em julho e agosto. Os alunos que querem se inscrevem nas oficinas e participam das oficinas. É muita alegria de estar ali, é muita vontade de estar ali. Os que vão, os que ficam, porque alguns vão só para pegar a comida e vão embora. Já que eles têm que ir para pegar a alimentação, a gente oferece a atividade, e quem quiser fica mais um tempo. É sempre muita alegria estar naquele espaço, poder conviver. Os que estão entrando também estão com muita vontade de entrar na Escola: “Caraca, entrei na escola que eu queria!” Aí eles vão com muita vontade. Acho que eram oito alunos do primeiro ano e dois do quarto ano. A gente está querendo fazer isso na EJA também, porque teve aluno da EJA que ficou de dia fazendo a atividade, então a gente também quer proporcionar essas atividades de acolhimento para a EJA. Esse momento de a gente poder estar junto, conversando, se conhecendo, se reconhecendo, porque ficou muito tempo fora. Ter essas possibilidades da educação pelo afeto.

SK – E a expectativa de estar junto, como você está dizendo. Bem rapidinho, que eu já abusei do seu tempo. Vocês em algum momento se sentiram cobrados, por exemplo, pelas famílias, para que vocês retornassem ao presencial?

AS – “Cobrado”, assim, no mau sentido, não. Porque tinha essa preocupação, mais dos alunos do quarto ano: “Eu preciso voltar, porque eu preciso ter minha prática, eu preciso ter experiência”. E ao mesmo tempo que tinha alunos que falavam isso, os alunos e as famílias falavam: “A gente sabe que é muito difícil voltar, mas a gente sabe também que a gente precisa disso”. Então, na verdade não era uma cobrança do tipo “Ah, vocês não estão fazendo nada!”. Pelo contrário, era: “A gente reconhece que a Escola fez isso, viabilizou aquilo, mas a gente tem esse impasse”. Acho que da turma do quarto ano, foram cinco famílias que falaram que os filhos não iam voltar. Então tinha cerca de 22 querendo voltar, mas era mais necessidade do que cobrança, é mais uma avaliação de que se sentiriam mais seguros se formando, tendo as atividades práticas, mesmo que não pudessem fazer no espaço tradicional, que a Escola viabilizasse atividades práticas que eles, ao se deparar com isso no processo de trabalho real, pudessem estar mais seguros. Como a gente estava fazendo reunião com muita frequência, a coisa se diluía também. A gente fazia reunião perguntando como é que estava, se os alunos estavam conseguindo acompanhar, o que estava sendo difícil. Então isso foi sendo diluído, porque foi sendo discutido no processo – tanto a coordenação geral, que era a Ingrid, que agora é a vice-diretora, quanto os estudantes, com reuniões permanentes com as famílias. Quando você tem essa relação com a comunidade muito azeitada, muito cotidiana, de ouvir, de entender, de tentar refazer o que a gente está fazendo de errado, fica mais como uma necessidade do que como uma cobrança.

SK – Sem dúvida. Até mesmo pela expectativa, essa vontade de estar de novo no espaço da Escola.

AS – Sim. E eles viram também a construção do espaço, a gente falou assim: “Agora a gente tem espaço”. Eles viram, conforme iam buscando as cestas, a diferença do espaço físico. A coisa do laboratório é mais difícil, o laboratório é um lugar fechado, mas a gente também tem condições de fazer num laboratório. É o que eu digo: a saúde mental de cada educador, de cada docente, é nossa principal barreira agora. A gente ter coragem de voltar, mais do que essa estruturação física da Escola.

SK – Ainda tem a relação com os professores. Imagino também que vocês conversem sobre isso o tempo todo, mas ainda tem medo, né, Anakeila?

AS – Tem, ainda tem medo de sair, de voltar, ainda tem esse receio. A Escola está muito mais, vamos dizer assim, habitada do que antes. E as aulas continuaram. Para quem é professor, gera um trabalho muito grande, porque você tem que fazer atividades muito diferenciadas para dar conta do cotidiano. Isso é muito difícil.

[Anakeila fica sem áudio e sem imagem]

SK – Bom, a gente está retomando então, são os desafios da interação *online*, não é Anakeila? As conexões caem, as baterias acabam. Faz parte, inclusive, desse processo de fazer a história oral nesse regime *online*, em que a interação é muito diferente, com perdas e ganhos. Só para registrar aqui, sua bateria do celular acabou, foi isso?

AS – A bateria acabou e o celular esquentou, juntou as duas coisas. [risos] Coloquei o celular rapidinho na geladeira, porque ele não queria nem carregar de tão quente que estava – botei na geladeira para ele ficar fresquinho.

SK – Gente, isso é ótimo! Fica como registro aqui para a história do que a gente está enfrentando nos tempos da pandemia. Você estava falando do receio de muitos professores em voltar. Vocês, então, até agora, não tiveram nenhuma atividade presencial? Isso vai acontecer a partir da semana que vem, é isso?

AS – De aula cotidiana, é isso. Tivemos algumas atividades pontuais, mas de aula presencial ainda não.

SK – Isso, de aula cotidiana.

AS – Começa semana que vem, dia 30 de agosto.

SK – Uma última pergunta. O que você gostaria de dizer para esse aluno que vai estar voltando? Para os que vivem a juventude e também os que vivem a maturidade, os adultos que fazem a educação, que aprendem na Escola Politécnica essa atividade da vida que

tem a ver com o futuro, que tem a ver com olhar para frente, que ter a ver com formação, no sentido mais amplo, que eu sei que é a proposta da Escola que orgulha muito a Fiocruz, e [cujo trabalho] foi tão dramaticamente interrompido. Não foi interrompido, porque nada, nenhum tempo é interrompido enquanto a gente está vivo, mas foi totalmente atravessado, a gente está tendo que reconstruir isso. Eu sou professora também na pós-graduação. É muito diferente, mas compartilho com você essa angústia de querer defender esse espaço da educação com essas pessoas que precisam tanto. Eu queria te ouvir: o que você gostaria de dizer para eles? Mensagem de boas-vindas para o chão da Escola, como você falou.

AS – Eu ia desejar primeiro que sejam bem-vindos, porque a escola pública é do povo. Então que eles ocupem essa escola pública da melhor forma possível e a melhor forma possível que a gente entende como boa, pelo menos nesse sistema, é lutando. Lute por essa escola pública, lute pelo Sistema Único de Saúde, lute para que todas as pessoas tenham direito a uma escola como essa e até a escolas melhores. Eu acho que a gente só se faz sujeito individual se a gente for um sujeito coletivo. Que cada um venha com essa vontade de estar junto, de construir junto a partir do respeito ao próximo, respeitar o outro, compreender que a gente não precisa ser igual. A gente é diferente e pode ser diferente, mas construindo um processo de participação democrática e bem afetoso. A gente está no centenário de Paulo Freire – o quanto ele nos ensinou, que o ser humano aprende em comunhão, mas não uma comunhão religiosa, é comungar processos em comum, é projetar processos em comum. Os movimentos sociais nos ensinam muito isso, que a gente é um sujeito coletivo e acho que essa é uma luta cotidiana, porque a gente não aprende a ser sujeito coletivo, a gente aprende a ser indivíduo. Que essa escola nos ensine a cada dia que nós somos sujeitos coletivos e que a gente pense num projeto de vida que seja melhor para todo mundo, para todos os seres humanos, e que nesse momento histórico a gente só consegue efetivar isso com lutas, políticas públicas e sociais mais justas, menos injustas, mais igualitárias, mais equânimes. Que a gente possa junto trabalhar por isso, acordar com essa vontade de: “Não estou fazendo por mim, estou fazendo por nós”. No dia em que a gente conseguir fazer por nós, acho que o mundo vai ficar mais gostoso de viver, menos doloroso de viver. Acho que eu faria esse convite para eles, para virem juntos.

SK – Pensando do outro lado, do lado deles, qual é a imagem da Fiocruz que você acha que eles vão trazer, depois desse período que mudou tanto a vida deles e de todos nós? Qual é a imagem da Fiocruz que fica para eles ou que você acha que eles carregam e querem carregar?

AS – Eu acho que é uma imagem da possibilidade, do esperar, de um lugar que dá certo. Falam tanto que o espaço público não dá certo... eu acho que constroem esse discurso exatamente porque para você destruir o espaço público, tem que construir um discurso de que ele não presta. E acho que quando se entra num local que dá certo, em que você é ouvido... Outro dia ouvi uma coisa muito bonita dos alunos do mestrado lá da Escola: “Olha, esse ano tudo o que a gente falou para os professores, eles refizeram.

Então, falem, falem com os professores ‘olha, desse jeito não está bom’, ‘olha, você pode rever?’, ‘posso entregar o trabalho semana que vem?’, porque nessa escola a gente fala e a gente é ouvido”. Num outro debate da JURA, a gente estava fazendo um debate sobre a questão LGBT e uma aluna do ensino médio falou assim: “Nessa escola eu posso ser quem eu sou”. Então, eu acho que olhar para a Fiocruz e ver a riqueza que é a Fiocruz. Quando um aluno tem a oportunidade de viver o que é a Fiocruz e ver que dá certo – não é mil maravilhas, mas vê que dá certo –, que está todo mundo trabalhando para que dê tudo certo, o melhor certo possível naquele momento histórico, eu acho que ele leva uma outra visão do espaço público, uma outra visão de possibilidades e de trabalho. E acho que isso, nesse momento, é um esperar para a gente, saber que a gente pode continuar, porque a gente trabalha para o todo, não trabalha só para mim, para eu ir lá e receber meu dinheiro, o que também é bom, mas não é suficiente para mudar o mundo. Eu acho que eu levo uma coisa positiva da Fiocruz, por tudo que a Fiocruz tem feito, pela vacina, pela discussão, por se posicionar diante do negacionismo e falar: “Não, aqui a gente não é disso. Aqui a gente é um espaço de produção de conhecimento, ciência, de cultura e educação e é por esse viés que a gente vai continuar trabalhando”. E é muito legal, porque a gente vê vários ex-alunos nossos, que são nossos colegas de trabalho. O diretor antes de mim era um técnico nosso, fez curso, se formou e hoje em dia trabalha e chegou a ser diretor. Eu acho que isso é muito positivo, quando o aluno vê: “Eu vou ser um técnico, não vou ser subalternizado sempre no mundo do trabalho, tem possibilidades de ser uma referência no meu espaço, sendo um técnico”. Eu acho que isso é muito importante, acho que a Fiocruz dá uma visão muito positiva, uma esperança muito grande de que a gente pode fazer diferente. Acho que eles levam isso com eles.

SK – Com certeza, com certeza vão levar para sempre, sem dúvida. Muito obrigada, Anakeila, pelo teu depoimento, é muito bom a gente poder ouvir. Queria mais uma vez te agradecer muito pela disponibilidade, pela sua colaboração aqui com o projeto.

[fim da entrevista]